



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE ESQUIMAU E POSTGRADUATE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

MADSON TELES DE SOUZA

**EVASÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:
UMA ANÁLISE DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
DO IFTO**

Palmas - TO

2025

MADSON TELES DE SOUZA

**EVASÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:
UMA ANÁLISE DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
DO IFTO**

Relatório de Pesquisa Aplicada apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPPGE), Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Currículos Específicos de Etapas e Modalidades de Educação.

Produto Final: Podcast, com três episódios, percorrendo sobre a evasão e a possível discrepância com o advento da pandemia do COVID-19.

Orientadora: Prof. Dr^a. Juciley S. Evangelista Freire

PALMAS – TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S729e Souza, Madson Teles de.
Evasão e permanência na Educação a Distância: Uma análise do Centro de Referência em Educação a Distância do IFTO. / Madson Teles de Souza. – Palmas, TO, 2025.
80 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Educação, 2025.
Orientadora : Juciley Silva Evangelista Freire

1. Educação a Distância. 2. Curso Técnico. 3. Evasão. 4. COVID - 19. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


MADSON TELES DE SOUZA

**EVASÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:
UMA ANÁLISE DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
DO IFTO**


Relatório de Pesquisa Aplicada apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPPGE), Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), para obtenção do título de Mestre em Educação.

Data da defesa: 08 / 10 / 2025


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 JUCILEY SILVA EVANGELISTA FREIRE
Data: 06/11/2025 15:57:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Juciley Silva Evangelista Freire - PPPGE/UFT
Orientadora e presidente da banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 VINICIUS SOUZA RIBEIRO
Data: 10/11/2025 13:44:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº Dr. Vinícius Souza Ribeiro - PPGECA/IFTO
avaliador externo

Documento assinado digitalmente
 ROBERTO FRANCISCO DE CARVALHO
Data: 11/11/2025 04:53:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº Dr. Roberto Francisco de Carvalho - PPPGE/UFT
avaliador interno

Palmas - TO
2025

"A função da educação é ensinar a pensar intensamente e pensar criticamente. Inteligência mais caráter: esse é o objetivo da verdadeira educação".

Martin Luther King Jr.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte eterna de presença, força e estímulo em minha vida. Quando minha visão se limitava à minha pequenez, foi Ele quem me desafiou a sonhar e a caminhar por projetos que pareciam inalcançáveis. Surgiram obstáculos, é verdade — mas o Senhor, em Sua fidelidade, jamais permitiu que eu desistisse.

À minha esposa, Lucienne Calderari Teles, minha companheira de vida, fé e de jornada. Seu apoio incondicional, suas palavras de incentivo e suas orações foram motivação constante nos dias mais difíceis. Obrigado por partilhar comigo os sonhos, os desafios, as lutas e, de forma especial, as vitórias.

Aos meus filhos, presentes de Deus:

A Frederico, cuja determinação e conquistas diárias despertam em mim admiração e respeito profundos.

A João Guilherme, jovem ousado, cuja conduta me inspira a ser melhor a cada dia. Em ti, filho, vejo o reflexo da *Força de Deus* e de um *Espírito Nobre*, como o teu nome significa e anuncia.

À minha Raquel, menina doce e valente, que vive com intensidade e sinceridade. Tua sensibilidade e tua coragem de enfrentar o que precisa ser resolvido, hoje e não amanhã, são admiráveis e me ensinam diariamente.

À Prof^a Dr^a Juciley Silva Evangelista Freire, minha orientadora, expresso meu mais profundo respeito e gratidão. Com paciência, firmeza e generosidade, soube me conduzir por caminhos de reflexão e amadurecimento. Seu exemplo como educadora e ser humano ficará guardado como referência a ser seguida.

Aos professores Dr. Roberto Francisco de Carvalho e Dr. Vinícius Souza Ribeiro, agradeço pelas contribuições preciosas durante a qualificação e defesa desta dissertação. Suas observações foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho.

RESUMO

Este relatório técnico-científico integra as atividades realizadas no Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), dentro da linha de pesquisa "Currículos Específicos de Etapas e Modalidades da Educação". A pesquisa desenvolvida investiga a evasão escolar em cursos técnicos a distância oferecidos pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e propõe como produto final uma série de podcasts, com três episódios que discutem a evasão e as possíveis variações nos índices nos anos de 2018 a 2022. A questão central da pesquisa reside na problematização da evasão escolar nos cursos técnicos a distância do IFTO, examinando se houve variações significativas nos índices de evasão no período da pandemia em comparação com os anos anteriores. Para isso, o objetivo geral é analisar os índices de evasão nos ciclos de educação a distância do IFTO entre 2018 e 2022. Entre os objetivos específicos, destacam-se: caracterizar o perfil dos estudantes (faixa etária, sexo e renda), identificar os dados de evasão e desenvolver a série de podcasts, abordando as causas da evasão com foco nos efeitos da pandemia. A metodologia adota uma abordagem qualiquantitativa, combinando pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. A coleta de dados foi realizada a partir de fontes digitais oficiais, como o próprio IFTO, Plataforma Nilo Peçanha - PNP e o Censo Escolar do INEP/MEC. Entre os dados analisados incluem-se matrículas, conclusões, retenções e evasões nos polos de apoio à Educação a Distância do IFTO. A análise de conteúdo foi realizada com base nos métodos de Bardin e Silva, utilizando etapas como organização, validação e tratamento dos dados coletados. A pesquisa, inicialmente, contextualiza o Estado do Tocantins, destacando sua recente formação, população e economia, que, embora diversificada, enfrenta desafios de qualificação profissional. Nesse contexto, o IFTO exerce um papel fundamental ao oferecer formação técnica e superior, especialmente por meio do Centro de Referência em Educação a Distância (CREAD), criado em 2019. Em síntese, o estudo evidenciou os fatores que contribuem para a evasão escolar e identificar os impactos da pandemia que não alteraram a desistência, no entanto fornecem subsídios para o desenvolvimento de estratégias que aumentem o êxito em cursos técnicos a distância, e, assim, promovam a qualificação profissional e o desenvolvimento socioeconômico do Tocantins, bem como apresenta a proposta de três episódios de Podcasts que discutem o tema da evasão nos cursos técnicos em EaD.

Palavras-chave: *Educação a distância, Curso técnico a distância. Evasão. Pandemia de Covid-19.*

ABSTRACT

This technical-scientific report integrates the activities carried out in the Professional Master's Program in Education of the Professional Postgraduate Program in Education at the Federal University of Tocantins (UFT), within the research line "Specific Curricula of Stages and Modalities of Education". The research investigates school dropout in distance learning technical courses offered by the Federal Institute of Tocantins (IFTO) and proposes as a final product a series of podcasts, with three episodes that discuss dropout and possible variations in the rates from 2018 to 2022. The central question of the research lies in problematizing school dropout in IFTO's distance learning technical courses, examining whether there were significant variations in dropout rates during the pandemic period compared to previous years. To this end, the overall objective is to analyze dropout rates in distance education programs at IFTO between 2018 and 2022. Specific objectives include: characterizing the student profile (age range, gender, and income), identifying dropout data, and developing a podcast series addressing the causes of dropout, focusing on the effects of the pandemic. The methodology adopts a mixed-methods approach, combining exploratory, descriptive, and explanatory research. Data collection was carried out using official digital sources, such as IFTO itself, the Nilo Peçanha Platform - PNP, and the INEP/MEC School Census. The data analyzed include enrollments, graduations, retentions, and dropouts at IFTO's distance education support centers. Content analysis was performed based on the methods of Bardin and Silva, using steps such as organization, validation, and processing of the collected data. This research initially contextualizes the state of Tocantins, highlighting its recent formation, population, and economy, which, although diversified, faces challenges in professional qualification. In this context, IFTO (Federal Institute of Tocantins) plays a fundamental role in offering technical and higher education, especially through the Center of Reference in Distance Education (CREAD), created in 2019. In summary, the study highlighted the factors that contribute to school dropout and identified the impacts of the pandemic that did not alter dropout rates; however, it provides support for the development of strategies that increase success in distance learning technical courses, thus promoting professional qualification and the socioeconomic development of Tocantins. It also presents a proposal for three podcast episodes that discuss the issue of dropout in distance learning technical courses.

Keywords: Distance education, Distance learning technical course, Dropout, Covid-19 pandemic.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica;

CEP – Comissão de Ética em Pesquisa;

CREAD -Centro de Referência em Educação a Distância;

DEAD - Diretoria da Educação a Distância;

EaD – Educação a Distância;

EAFA - Escola Agrotécnica Federal de Araguatins;

ETF - Escola Técnica Federal;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IFs - Institutos Federais;

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins;

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio de Freitas;

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira;

MEC - Ministério da Educação;

ODP – Organização Didático-pedagógica;

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional;

PNP – Plataforma Nilo Peçanha;

PPC – Projeto Político Pedagógico;

PPPGE - Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação;

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a

Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional;

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

UAB - Universidade Aberta do Brasil;

UEPA – Universidade Estadual do Pará;

UFT – Universidade Federal do Tocantins;

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapas para o desenvolvimento do PodCast.	27
Quadro 2 – demonstrativo de artigos, dissertações e teses.	29
Quadro 3 – comparativo: concepções sobre evasão.	44
Quadro 4 – Matrículas por faixa etária nos cursos técnicos a distância do IFTO (2018–2022)	61
Quadro 5 – Matrículas por renda Per Capita Familiar nos cursos técnicos a distância do IFTO	62
Quadro 6 – Matrículas por Raça/Cor nos cursos técnicos a distância do IFTO (2018–2022)	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de matrículas, concluintes e em curso por ano do IFTO (2018 a 2022)	56
Gráfico 2 – Percentual de evasão nos cursos técnicos a distância do IFTO (2018–2022)	64

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1.1 Abordagem e tipo de pesquisa.....	23
1.1.2 O processo de coleta de dados.....	25
1.1.3 Forma de análises dos dados.....	26
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	27
2.1 O Que dizem os Estudos sobre a Evasão no Ensino Técnico Profissional a Distância.....	30
2.2 Os achados de pesquisas em Teses e Dissertações.....	32
2.3 Artigos Científicos sobre a Evasão no Ensino Técnico Profissional a Distância.....	35
2.4 Fontes Governamentais e Institucionais.....	35
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	38
3.1 A evasão na educação profissional técnica a distância no Brasil.....	38
3.2 Educação técnica profissional no Brasil.....	45
3.3 Criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	46
3.4 Educação Técnica Profissional no Tocantins.....	49
3.5 Educação técnica profissional a distância no Tocantins.....	51
3.6 A Educação a Distância no Contexto da Pandemia da COVID-19 (2018–2022).....	52
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	59
4.1. Panorama Nacional da Evasão na Educação Técnica a Distância.....	60
4.2 Perfil Sociodemográfico dos Estudantes do IFTO (2018–2022).....	61
4.2.1 Faixa Etária.....	61
4.2.2 Renda Familiar Per Capita.....	62
4.3 Percentual de Evasão no Período de 2018 a 2022.....	64
4.4 PRODUTO EDUCACIONAL: SÉRIE DE PODCAST SOBRE A EVASÃO NO ENSINO TÉCNICO A DISTÂNCIA DO IFTO.....	66
Estrutura e Temas do Podcast.....	68
<i>Episódio 1: "Panorama do Ensino Técnico a Distância e a Evasão no IFTO".....</i>	<i>68</i>
<i>Episódio 2: "Desafios e Transformações Durante a Pandemia".....</i>	<i>68</i>
<i>Episódio 3: "Disparidades na Evasão e Caminhos para a Retenção de Alunos".....</i>	<i>68</i>
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE A.....	79

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Tocantins foi criado em 1988 e está localizado na Região Norte do Brasil. Possui área total de 278.427km² e população de aproximadamente 1.511.460 habitantes, distribuídos por 139 municípios, dos quais 79,85% têm menos de 10.000 habitantes (IBGE, 2022).

A cadeia produtiva no Estado do Tocantins é formada predominantemente pelos setores de carne, couro, leite, vestuário, fruticultura, piscicultura, móveis, construção civil, agricultura e turismo. Nesses setores, as empresas apontam a qualificação profissional, a mão de obra e a rotatividade como os maiores complicadores de gestão.

Em artigo publicado na *Revista GV Executivo*, Paulo Ferreira, professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP), e Paulo Tadeu de Resende, mestrando, abordam como os processos de upskilling (aperfeiçoamento de habilidades) e reskilling (requalificação para novas funções) têm sido utilizados no Brasil para mitigar a lacuna entre as competências demandadas pelas empresas e as disponíveis no mercado. Segundo os autores, enquanto 67% das organizações no Brasil relatam dificuldade em encontrar profissionais qualificados, 45% possuem vagas abertas devido à falta de candidatos aptos. Esses dados refletem um cenário global, onde 75% das empresas apontam escassez de talentos, conforme a pesquisa *Total Workforce Index* da ManpowerGroup. (Ferreira e Resende, 2025, p.45)

Diante desse cenário, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO torna oportuno à sociedade tocantinense a qualificação profissional, contribuindo assim, como instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, na construção do conhecimento, na formação de pessoas e na inclusão social. Esse contexto promove a formação de profissionais nas mais diversas áreas para que possam trabalhar em vários segmentos do mundo do trabalho.

Nos termos da Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, que em seu art. 5º apresenta que “os Institutos Federais poderão criar Centros de Referência, vinculados às suas respectivas Reitorias, para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica”. Diante desta prerrogativa, o IFTO propôs a criação do Centro de Referência em Educação à Distância – CREAD, ligado à Diretoria de Educação a Distância da Pró-Reitoria de Ensino do IFTO, que objetiva oferecer à comunidade cursos em todos os níveis e modalidades educacionais: Formação

Inicial e Continuada – FIC, técnico, graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*, consolidando as ações e políticas educacionais de ensino inovador, extensão tecnológica e pesquisa aplicada por meio da Educação a Distância – EaD.

Com a criação do Centro de Referência em Educação a Distância do IFTO – CREAD (Resolução nº 57/2019/CONSUP/IFTO, de 21 de agosto de 2019) visou ampliar o acesso à educação no Estado do Tocantins, através da oferta gratuita e pública de cursos na modalidade a distância, democratizando o acesso à educação técnica profissional, à graduação e à pós-graduação, qualificando profissionais para o mundo do trabalho e, por conseguinte, melhorar a qualidade de vida da população tocantinense são também objetivos do CREAD.

Em linha com sua missão institucional de formar cidadãos críticos e promover o desenvolvimento sustentável, o IFTO tem se destacado na oferta de educação profissional e tecnológica de qualidade. As ações da instituição, que integram ensino, pesquisa e extensão, têm buscado gerar resultados concretos para a sociedade tocantinense, como a qualificação da mão de obra, o fortalecimento da inovação e a contribuição para o desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva, e conforme Projeto de Criação do Centro de Referência, o CREAD pretende assegurar a oferta de ensino a distância com qualidade e proporcionar aos estudantes a qualificação profissional, aprimorando a proposta de ensino integral com ênfase no ensino técnico, além do ensino tecnológico e licenciaturas, concomitantemente ao desenvolvimento humano, intelectual, de modo a buscar um currículo que enalteça a proposta de formação engajada ao ideal de solidariedade, ao mesmo tempo atendendo às demandas reais do mundo do trabalho, consolidando os propósitos da melhoria da qualidade de vida para a comunidade tocantinense.

Ressalta-se que diante do cenário posto, os estudos sobre a evasão escolar tem sido tema recorrente de pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas, divididos em artigos, dissertações e teses, com foco em diferentes aspectos, como causas socioeconômicas, institucionais e psicológicas.

Pesquisas direcionadas ao ensino técnico profissional a distância e, ainda, sobre os oferecidos pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO são escassas e insuficientes para demandar uma real ação contra tal evento. Imagina-se, então, que a carência de pesquisas nesse sentido se dê porque as políticas implementadas para essa modalidade ainda sejam recentes.

A proposta em tela problematiza o cenário da evasão nos cursos técnicos profissionais a

distância do IFTO, no período entre 2018 e 2022. Nesse sentido, questiona-se: houve disparidade nos índices de evasão no ensino técnico profissional a distância do IFTO no período proposto?

Objetivando analisar a evasão nos ciclos da educação a distância no IFTO, no período de 2018 a 2022, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a evasão na educação profissional técnica a distância no Brasil;
- Identificar o perfil dos estudantes, faixa etária, sexo e renda *Per Capita*;
- Apresentar e analisar os dados de evasão nos cursos técnicos profissionais a distância no período de 2018 a 2022;
- Apresentar uma série de Podcast com três episódios, discorrendo a evasão e a possível discrepância com o advento da pandemia do COVID-19.

O estudo é justificado, pois a evasão escolar constitui um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino, sobretudo na modalidade de Educação a Distância (EaD), cuja dinâmica exige dos estudantes elevado grau de autonomia, disciplina e acesso contínuo à tecnologia. No contexto da educação profissional técnica, esses desafios são ainda mais sensíveis, tendo em vista que muitos estudantes buscam na formação técnica uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, mas enfrentam limitações socioeconômicas e culturais que interferem diretamente na permanência e conclusão do curso.

A presente proposta busca compreender os fatores que incidem sobre a evasão nos cursos técnicos profissionais a distância ofertados pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO), considerando o período de 2018 a 2022. Esse intervalo temporal é particularmente relevante por abranger os anos anteriores, durante e após o auge da pandemia da COVID-19, evento que impactou de forma significativa a dinâmica educacional em todo o mundo.

Investigar se houve disparidades nos índices de evasão durante esse período é fundamental para subsidiar a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais mais eficazes. Além disso, a análise do perfil dos estudantes, contemplando variáveis como faixa etária, sexo e renda, contribui para a construção de uma compreensão mais aprofundada sobre as condições de acesso, permanência e conclusão na EaD.

Ademais, a proposta de discutir os achados da pesquisa por meio de uma série de podcasts tem como objetivo ampliar o alcance das reflexões produzidas, democratizando o conhecimento e promovendo o engajamento da comunidade acadêmica, dos gestores

educacionais e da sociedade em geral com a temática. Ao explorar um formato acessível e dinâmico, busca-se fomentar o debate e sensibilizar os diversos atores envolvidos com a educação profissional sobre a importância da permanência estudantil.

Portanto, esta pesquisa se revela pertinente, oportuna e necessária, não apenas para compreender os efeitos da pandemia sobre a evasão na modalidade a distância, mas também para contribuir com o aprimoramento das práticas pedagógicas, da gestão educacional e das políticas institucionais voltadas à permanência e ao sucesso dos estudantes.

Entender a evasão nos cursos técnicos a distância exige não apenas a análise de dados estatísticos e políticas institucionais, mas também o mergulho em histórias de vida que revelam, de forma sensível, os desafios enfrentados por sujeitos reais no percurso educacional. Afinal, por trás dos números e das estratégias pedagógicas, estão trajetórias marcadas por desigualdades sociais, mudanças abruptas e processos de adaptação que influenciam diretamente a permanência ou desistência dos estudantes.

É nesse contexto que se insere a narrativa a seguir, que recupera uma experiência pessoal vivida entre as décadas de 1980 e 2020, revelando as tensões entre origem social, acesso à educação e pertencimento escolar. O relato não apenas ilustra as dificuldades enfrentadas por estudantes oriundos do interior ao migrarem para centros urbanos em busca de melhores oportunidades, mas também oferece uma lente privilegiada para compreender como as condições sociais, culturais e emocionais interferem nos processos educacionais, sejam eles presenciais ou a distância.

Assim, ao refletir sobre o passado e sobre os obstáculos superados em sua própria formação, o autor contribui para o aprofundamento das discussões em torno da evasão escolar, especialmente no que tange às barreiras subjetivas e estruturais enfrentadas por muitos estudantes Brasileiros. A seguir, compartilha-se essa vivência como parte da compreensão ampliada dos fatores que afetam o acesso, a permanência e o sucesso educacional.

Quando comecei¹ a escrever este memorial, não imaginava que estaria recontando a minha própria história. Meu objetivo era refletir sobre as relações entre classes sociais e instituições de ensino, comparando a década de 1980 com a de 2020. Para isso, decidi

¹ A partir desse parágrafo utilizarei a primeira pessoa pois tratarei, na forma de um memorial, do relato de minha trajetória de vida, acadêmica e profissional e sua articulação com o objeto de estudo da pesquisa. Nas seções seguintes retomarei a linguagem impessoal.

narrar a trajetória de um jovem de classe média do interior, que se mudou para a capital do seu estado em busca de melhor educação e conhecimento.

Tudo começou quando saí da escola pública em minha cidade natal e fui matriculado em uma escola privada na capital, dirigida por padres de uma paróquia católica. A mudança não foi fácil. Minha tia sofreu um grave acidente automobilístico e precisou de cuidados constantes. Aproveitando uma greve estadual de professores, meus pais decidiram que eu deveria morar com meus avós na cidade grande. Assim, aos 14 anos, deixei a cidadezinha de 24.098 habitantes, onde o laticínio e a agricultura eram as principais atividades econômicas, para enfrentar os desafios da capital.

Minha cidade de origem não se destacava pela educação. O ensino médio era o grau máximo de instrução disponível, e minha escola, dirigida por freiras, era a única com ensino científico. Nasci em uma família de classe média; meu pai era comerciante e minha mãe, uma dona de casa dedicada.

Chegar na capital e ser matriculado em uma das escolas mais rígidas do estado foi um choque. Lembro-me da adaptação conturbada, especialmente na escola. Tudo era diferente: a rotina, os métodos pedagógicos, até o lanche no intervalo. Saí de uma realidade com uma única professora para cada turma e me deparei com oito professores diferentes, ensinando matérias como química, física, biologia e inglês. Aquilo era um martírio.

Gostava mesmo era de jogar bola e roubar goiabas no quintal da vizinha. Sentia-me acolhido nessas atividades, ao contrário da escola, onde alguns professores me entendiam, mas outros me ridicularizavam. Paulo Freire descreve bem esse tipo de opressão, que controla e desqualifica em vez de apoiar e proteger.

Certa vez, uma professora de inglês me disse: "Gente dessa classe deveria se colocar em seu lugar". Aquilo me marcou profundamente. Terminei o ano letivo aprovado, mas com baixo rendimento. Com a melhora na saúde da minha tia, não havia mais desculpas para ficar na capital, então voltei para o interior, onde permaneci por mais dois anos.

Quando voltei para a capital e para a mesma escola, já não era o jovem inocente de antes. Tinha aprendido a ser irônico e rebelde, lidando com a discriminação dos professores tradicionais e encontrando apoio em alguns poucos "heróis" que falavam a língua dos excluídos. Um desses professores nos recomendou a leitura de "A Revolução Sexual", de Wilhelm Reich. Aquilo foi um divisor de águas, especialmente para mim, que praticamente morava sozinho com minha irmã mais nova.

Minha casa, próxima à escola, tornou-se um ponto de encontro para os jovens da capital, onde todos podiam ser quem realmente eram. Descendentes da classe burguesa frequentavam minha residência simples, ali eram livres para se expressarem, sem julgamentos.

No final de dois anos, terminei o ensino médio com muitas experiências de vida, mas sem alcançar o objetivo de agregar conhecimento acadêmico e intelectualidade.

A capital, no início da década de 80, estava em um frenesi de crescimento econômico, com imigrantes do interior buscando melhor educação e oportunidades de trabalho. Em contraste, minha cidade natal permanecia simples e pacata. Pertencíamos à geração nascida durante as duas primeiras décadas da ditadura, aprendendo a obedecer sem questionar. Nossa formação inicial, moldada pela disciplina rígida, teve reflexos profundos em nossa atuação adulta. Educadores como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire foram fundamentais para a construção de um entendimento sobre o direito à educação como base para uma sociedade justa e democrática. Esses educadores lutaram pela melhoria do ensino público, enquanto a educação privada buscava se destacar como formadora de reprodutores de conhecimentos.

Os colégios confessionais, com seus princípios rígidos, eram vistos como símbolos da elite tradicional, onde questionamentos eram considerados rebeldia.

Hoje, ao refletir sobre minha trajetória, vejo como a educação moldou minha vida e meu entendimento sobre as relações sociais e institucionais.

A história que compartilhei é uma pequena parte desse processo, mostrando como as experiências do passado influenciam nosso presente e futuro.

O Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPPGE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) expandiu meu conhecimento sobre diversos autores e pensamentos. Inicialmente, participei das disciplinas TÓPICOS ESPECIAIS: FUNDAMENTOS DA PEDAGOGIA FREIRIANA, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, e JUVENILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. O formato remoto facilitou minha participação simultânea nas aulas e na aplicação de atividades com meus alunos.

A primeira disciplina proporcionou um entendimento aprofundado sobre Paulo Freire, revelando seu impacto duradouro na educação Brasileira e global. Os professores, Dr.^a Juciley Evangelista, Dr. José Carlos da Silva Freire e Dr.^a Ivanilde Apoluceno, conduziram a disciplina de maneira inclusiva e interativa, utilizando livros, músicas e filmes para conectar teoria e prática educacional. Isso reforçou a importância de ver a

educação como uma ferramenta de libertação, conforme discutido por Freire.

Na disciplina de TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, exploramos os fundamentos teóricos e práticos da avaliação educacional. As professoras Dr.^a Kátia Cristina e Dr.^a Dilsilene Santana, selecionaram materiais que destacaram abordagens dialógicas e éticas, como nos trabalhos de José Eustáquio Romão e Cipriano Carlos Luckesi. Romão enfatizou a avaliação como um processo de diálogo e crescimento mútuo, enquanto Luckesi abordou a avaliação como parte integrante do desenvolvimento contínuo do aluno e a necessidade de justiça no processo avaliativo.

A disciplina JUVENILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, ministrada pelas professoras Dr.^a Marluce Zacariotti e Dr.^a Lucélia Bassalo, focou na sociabilidade juvenil e na necessidade de repensar a escola para melhor atender às demandas dos jovens. Textos de autores como Le Breton, Marcelli, e Dayrell enriqueceram nossas discussões sobre as especificidades da juventude e a importância de uma educação inclusiva e contextualizada.

No segundo semestre, estudei TÓPICOS ESPECIAIS: O MÉTODO EM MARX E A PESQUISA EDUCACIONAL e PRÁTICA EDUCATIVA E RELAÇÃO COM O SABER. A primeira disciplina, ministrada pela Dr.^a Juciley Evangelista, explorou os fundamentos teóricos e práticos do método materialista histórico e dialético e seus usos na pesquisa educacional, enquanto a segunda, com os professores Dr. José Carlos da Silveira Freire e Dr. Adriano Castorino, abordou a função social da escola e a relação com o saber, destacando a mediação pedagógica, a conexão entre conhecimento escolar e cotidiano, e as diversas formas de apropriação do saber.

Esse percurso acadêmico não só ampliou meu entendimento teórico, mas também desmistificou paradigmas e promoveu uma visão mais crítica e reflexiva da educação, consolidando em mim a importância de uma abordagem educacional inclusiva e dialógica.

Em 2007, passei no concurso para docente do Instituto Federal do Tocantins. Inicialmente ministrando aulas somente nos cursos superiores de tecnologia em: Gestão Pública, Sistemas para Internet e Gestão de Turismo. Posteriormente, passei a ministrar aulas no Ensino Médio, onde mais me senti à vontade, percebendo vários estudantes, os quais me identifiquei, pois, fizeram-me recordar a minha adolescência, e vi que poderia tornar o futuro daqueles garotos diferente daquilo que vivi, percebi as diferenças gritantes entre um grupo de 35 estudantes, jovens de todas as classes sociais, vi a situação se agravar com o advento da Pandemia do COVID 19, o qual tornou essa discrepância maior

ainda, ao ver estudantes com potencial enorme de crescimento sendo travados pela falta de infraestrutura adequada em seus lares para atenderem aos requisitos necessários para uma boa educação, percebendo o esforço de nossa instituição em tentar igualar esse jogo, disponibilizando computadores, telefones celulares, permutando parte dos recursos de auxílio estudantil para auxílio internet, ou seja, em convênios firmados com operadora de telefones, conseguiram vários telefones, os quais foram disponibilizados de forma gratuita aos estudantes com vulnerabilidade econômica comprovada. Diante do esforço institucional, busquei fazer minha parte, adotando uma postura mais inclusiva, com atitudes mais intimistas com os estudantes e sempre me preocupando em manter os estudantes focados, trabalhando atividades mais práticas, muitas vezes envolvendo a família toda. Isso citar a criação de um plano de negócio para uma empresa familiar, as atividades apresentaram vários benefícios, dentre eles a colaboração familiar nas atividades e aproximação entre os membros da família.

Percebi que, o momento caótico vivido durante a pandemia, despertou em mim uma vontade de aproximação maior com os educandos, e mostrar a eles que a educação ainda é um caminho viável para a mudança de sua condição, não só financeira, mas principalmente emocional e social.

1. 1 METODOLOGIA

A pesquisa em tela é de natureza aplicada, com abordagem dialética-mista, alinhando etapas de procedimentos quantitativos e qualitativos com a finalidade de entender o fenômeno da evasão escolar no CREAD-IFTO, entre os anos de 2018 e 2022. Essa escolha metodológica fundamenta-se na necessidade de investigar não apenas os dados objetivos do problema, mas também as contradições sociais, institucionais e pedagógicas que permeiam o processo de evasão.

A abordagem dialética permite interpretar e compreender a evasão como um fenômeno dinâmico, histórico e contraditório, influenciado por inúmeros fatores interdependentes — como vulnerabilidades sociais, limitações tecnológicas e culturais, bem como precariedade institucional e contexto pandêmico. Segundo Thiollent (1980), a pesquisa dialética não busca apenas descrever a realidade, mas compreendê-la em sua totalidade e transformação, o que exige uma postura crítica diante dos dados e das práticas educacionais.

Ao adotar um método misto, a pesquisa articula dados quantitativos, referentes às taxas de evasão, matrículas e perfil sociodemográfico dos estudantes, com dados qualitativos, obtidos por meio de análise documental e entrevistas abertas com atores institucionais, os quais serão dispostos no produto final desta pesquisa, a saber: os PodCasts. Tal articulação visa suprir as limitações de cada abordagem isoladamente, conforme destaca Minayo (2010), ao defender que “a complexidade da realidade social exige múltiplas estratégias metodológicas que se complementem mutuamente” (MINAYO, 2010, p. 25).

1.1.1 Abordagem e tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Pode ser considerada exploratória visto que a evasão na educação técnica a distância ainda é tema pouco explorado. A própria modalidade a distância, nos moldes em que é ministrada hoje, também é muito recente.

Descritiva, posto que visa conhecer as características dos estudantes que evadem. É também explicativa porque busca identificar, discutir e analisar os fenômenos que conduzem à evasão.

Segundo Gil (2008, p. 27), pesquisas exploratórias buscam esclarecer e modificar conceitos e têm em vista formular problemas ou hipóteses para estudos posteriores.

De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso ... - .

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

O autor propõe também que “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação” (Gil, 2008, p. 28). Na pesquisa descritiva, é comum se utilizarem questionários como técnica de coleta de dados. A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou fenômeno, mas “não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” (Vergara, 2000, p. 47).

Para Gil (2008, p. 28), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever “características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Uma das principais características deste estudo é a coleta de

dados de forma padronizada. Ainda para o autor, pesquisas descritivas também são aquelas que “visam descobrir a existência de associação entre variáveis ... -pretendendo determinar a natureza dessa relação” (GIL, 2008, p. 28) e, nesse caso, a pesquisa descritiva se aproxima bastante da pesquisa explicativa.

Quanto a pesquisas explicativas, Gil (2008, p. 28-29) coloca que elas

(...) têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas

(...) Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

A pesquisa explicativa vai além de verificar as relações entre fatos e fenômenos. Vergara (2000), concordando com Gil (2008, p. 47), coloca que a pesquisa explicativa pressupõe a pesquisa descritiva como base de suas explicações e “tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno”.

Esta pesquisa compreendeu um estudo de caso, posto que se delimitou a estudar a evasão nos Cursos Técnico Subsequente/Concomitante ofertados pelo IFTO/CREAD, ciclo 2018-2022, oferecido na modalidade a distância pelo IFTO, nos polos de apoio presencial à educação a distância vinculados ao IFTO.

O estudo de caso “pode, pois, ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias quanto descritivas e explicativas” (Gil, 2008, p. 58). Não é uma técnica específica, mas um método de olhar para uma realidade social, um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado. “O ‘caso’ pode ser algum evento ou entidade que é menos definido do que um único indivíduo. Já se realizaram estudos de caso sobre decisões, sobre programas de vários tipos (...)” (Yin, 2001, p. 44). Ainda segundo o autor,

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (YIN, 2001, p. 19).

Para Ventura (2007, p. 385), o estudo de caso tem várias aplicações, sendo que, também, “parece ser apropriado para investigação de fenômenos quando há uma grande variedade de fatores e relacionamentos que podem ser diretamente observados e não existem leis básicas para determinar quais são importantes”. O estudo de caso possibilita explorar e descrever situações e buscar formular hipóteses, com o propósito de compreender os fenômenos em um contexto complexo. Dessa forma, preserva a

particularidade do grupo pesquisado, sendo que os dados não devem ser generalizados para toda uma população. Ventura (2007, p. 383) sustenta ainda que, em se tratando de estudo de caso, “deverá haver sempre a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso”.

Entre outros procedimentos, será feito um levantamento das características principais da população a ser pesquisada e dos fatores que conduziram à evasão do curso. O levantamento é um procedimento que, segundo Gil (2002), recolhe informações de todos os integrantes do universo pesquisado ou de parte representativa dele.

1.1.2 O processo de coleta de dados

A coleta de dados é uma etapa essencial para a fundamentação desta pesquisa, trazendo a obtenção de informações relevantes e atualizadas sobre a evasão da Educação Técnica Profissional a Distância do IFTO, nos períodos de 2018 a 2022.

A coleta de dados via web (rede mundial de computadores) envolve várias etapas que garantem a eficiência, a qualidade, e a legalidade do processo. Essas etapas incluem desde a preparação até a análise preliminar dos dados. Abaixo estão as principais etapas para a coleta de dados via web:

- Identificação das Fontes de Dados;
- Escolha das Ferramentas de Coleta de Dados;
- Execução da Coleta de Dados;
- Armazenamento dos Dados;
- Limpeza e Preparação dos Dados;
- Validação dos Dados.

Nesta pesquisa, os dados foram coletados a partir de sites especializados, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, Plataforma Nilo Peçanha - PNP/MEC e relatórios oficiais, garantindo a veracidade e a qualidade das informações. A seleção das fontes para a coleta de dados foi realizada com base na credibilidade, relevância e atualidade dos conteúdos.

Os dados a serem pesquisados são: As matrículas realizadas nos períodos propostos; O número de estudantes que finalizaram o curso; O número de estudantes que ficaram retidos e; O número de estudantes que evadiram. Cada um desses dados virá acompanhado de sua localização (polo), bem como a descrição de cada estrutura dessa unidade.

1.1.3 Forma de análises dos dados

A análise de conteúdo, método escolhido para a pesquisa, de acordo com Minayo (1994), é a expressão mais comumente usada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa em educação. Nesse sentido, a análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), pode ser definida como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

De acordo com esse pensamento, Silva (2005) menciona que a aplicação da técnica de análise de conteúdo nas ciências humanas apresenta-se como uma ferramenta útil na interpretação das percepções dos atores sociais. O papel de interpretação da realidade social configura a esse método um importante papel como ferramenta de análise na pesquisa qualitativa em educação. Esse autor ainda ressalta que não há, nesse método, um esquema rígido de utilização e que o pesquisador pode usar esta flexibilidade, segundo os objetivos de sua pesquisa.

Segundo os objetivos desta pesquisa, adotaremos os seguintes passos de coleta, interpretação e análise dos dados pesquisados:

- A coleta de dados foi realizada via web (rede mundial de computadores) envolvendo várias etapas, as quais garantem a eficiência, a qualidade, e a legalidade do processo. Essas etapas incluem desde a preparação até a análise preliminar dos dados. São elas;

- Identificação das Fontes de Dados;
- Escolha das Ferramentas de Coleta de Dados;
- Execução da Coleta de Dados;
- Armazenamento dos Dados;
- Limpeza e Preparação dos Dados;
- Validação dos Dados.

Desta forma, busca-se garantir que o estudo responda ao problema desse estudo.

Para o desenvolvimento do produto final, a saber os três episódios de PodCast, usaremos os passos constantes no quadro a seguir.

Quadro 1: Etapas para o desenvolvimento do PodCast.

Etapas	Descrição
Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> ● Tema e público-alvo escolhidos; ● Criação de um roteiro; ● Calendário de publicação.
Gravação	<ul style="list-style-type: none"> ● Será gravado no Laboratório de vídeo e audio do IFTO; ● Equipamentos e softwares específicos.
Edição	<ul style="list-style-type: none"> ● Remoção de ruídos usando ferramentas de edição para eliminar ruídos de fundo e falhas na gravação. ● Adição de efeitos sonoros (vinheta e fundo musical);
Masterização	<ul style="list-style-type: none"> ● Aplicação de tratamento final no áudio para garantir a melhor qualidade possível nas diferentes plataformas.
Distribuição	<ul style="list-style-type: none"> ● Escolha das plataformas de ancoragem; ● Criar uma capa visualmente atrativa para o podcast; ● Criar descrição completa e informativa sobre o seu podcast.
Promoção	<ul style="list-style-type: none"> ● Divulgar os episódios nas redes sociais; ● Enviar newsletters para sua lista de e-mail; ● Buscar parcerias em comunidades online sobre o tema.

Quadro elaborado pelo próprio autor, com base em entrevista com técnico audiovisual Fábio Brunne

2. REVISÃO DE LITERATURA

A evasão escolar no ensino técnico profissional a distância (EaD) no Brasil é um tema amplamente discutido na literatura acadêmica, especialmente diante do crescimento da modalidade EaD nos últimos anos. A alta taxa de evasão tem sido identificada como um dos principais desafios enfrentados pelas instituições educacionais, comprometendo a eficácia e a qualidade da formação oferecida. Esta revisão de literatura tem como objetivo apresentar o estado do conhecimento sobre a evasão no ensino técnico profissional a distância, destacando teses, dissertações, e artigos publicados em revistas científicas.

Para realização e levantamento deste estudo foram abordados quatro tópicos, são eles:

- 1 - O Contexto da Evasão no Ensino Técnico Profissional a Distância;
- 2 - Análise de Teses e Dissertações;
- 3 - Artigos Científicos sobre a Evasão no Ensino Técnico Profissional a Distância; e

4 - Fontes Governamentais e Institucionais.

Tais tópicos foram determinantes, visto que cada um deles discorre diretamente a respeito do problema de nossa pesquisa, para esse levantamento foram usadas diversas fontes para pesquisa desses dados, a saber:

- Portal CAPES - (<https://www.periodicos.capes.gov.br/>)
- BDTD - IBICT - (<http://bdttd.ibict.br/>)
- Teses USP - (<https://www.teses.usp.br/>)
- Repositório UFMG - (<https://repositorio.ufmg.br/>)
- LUME UFRGS - (<https://lume.ufrgs.br/>)
- Scielo - (<https://www.scielo.br/>)

A base de nossa pesquisa, foram os sites mencionados, e os documentos no quadro seguinte o qual apresenta 8 artigos, 4 dissertações e 2 teses:

Quadro 2 – demonstrativo de artigos, dissertações e teses.

Autor	Título	Tipo de Texto	Nome da IES	Ano
Cláudio Eduardo Rodrigues	O Instituto Federal Do Norte De Minas Gerais – IFNMG No Contexto Da Expansão E Evasão Nos Cursos Técnicos A Distância – Período 2014 2018	Artigo	IFNMG	2022
Fabício William da Cunha	Revisão bibliográfica das pesquisas sobre evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	Artigo	IFAL	2021
Fernando Lionel Quiroga	A Evasão Na Educação a Distância (EaD) e Suas Interfaces com a Democratização do Acesso e a Intensificação das Desigualdades	Artigo	UEG	2022
Inge Renate Frose Suhr	Evasão Em Cursos Técnicos Subsequentes: Expressão Da Inclusão Excludente?	Artigo	IFC	2020
Ivanildo José de Melo Filho	A Evasão Em Cursos Técnicos A Distância: Um Estudo Bibliográfico No Contexto Dos Institutos Federais	Artigo	IFPE	2024
Júlio Cesar da Silva	Permanência E Evasão Na Educação A Distância: Identificação De Fatores Críticos De Sucesso	Artigo	UFRRJ	2022
Renata Luiza da Costa	A Evasão em cursos técnicos a distância	Artigo	IFG	2017
Robson dos Santos	Impactos da Pandemia na oferta e no desenvolvimentos dos cursos técnicos	Artigo	MEC	2020
Adonias Soares Da Silva Júnior	A Evasão Escolar No Curso Técnico Em Finanças Oferecido Pelo IFRO Na Ead	Dissertação	UNIR	2017
Deise Kinsk Reis Silva	Egressos Da Educação Profissional Técnica De Nível Médio Na Modalidade A Distância: Um Estudo Exploratório Da Proposta Formativa E Da Inserção Profissional	Dissertação	UFMG	2020
Julliana Cunha Alves	Educação Profissional E Transformadora: Os Fatores Para Permanência Discente Em Cursos Técnicos A Distância	Dissertação	PUCRS	2023
Keila Marinalva Bento Lima	A Evasão Escolar No Ensino Técnico Profissionalizante – Modalidade Ead: Um Estudo De	Dissertação	IFNMG	2018

	Caso No Campus Diamantina Do Instituto Federal Do Norte De Minas Gerais			
Lorenzo Egydio Mollinar da Cruz	Fatores que influenciaram a evasão na educação a distância no curso de Licenciatura em IFTM	Dissertação	ISCA do Porto	2022
Marivânia Da Silva Feitosa	A Evasão Na Educação Profissional: Do Entendimento Da Problemática A Propostas De Enfrentamento	Ebook	IFSPE	2020
Mariela Mizota Tamada	Predição de Evasão de Cursos Técnicos em EaD através de Técnicas de Aprendizado de Máquina em Duas Etapas	Tese	UFAM	2022
Ana Lúcia Petrocione Jardim	Políticas Educacionais De Formação Profissional: Fatores Que Contribuíram Para A Evasão Ou Para A Permanência De Estudantes Do Curso Técnico Subsequente Em Logística Oferecido Pelo IFTO/Rede E-Tec Brasil	Dissertação	UFT	2016
Gislene Magali Da Silva	O processo da institucionalização Da Educação A Distância no instituto federal De Educação, Ciência E Tecnologia de tocanins – IFTO	Dissertação	UNB	2013

Fonte: Elaboração própria

Com o intuito de facilitar o entendimento deste quadro, dividimos em quatro categorias: o que dizem os estudos sobre a evasão no ensino técnico profissional a distância; os achados de pesquisas em teses e dissertações; artigos científicos sobre a evasão no ensino técnico profissional a distância, e Fontes governamentais e institucionais, as quais seguem nas subseções seguintes:

2.1 O Que dizem os Estudos sobre a Evasão no Ensino Técnico Profissional a Distância

O ensino técnico profissional a distância no Brasil tem se expandido significativamente nas últimas décadas, impulsionado pela necessidade de ampliar o acesso à educação e pela flexibilidade oferecida pela modalidade. Entretanto, a evasão continua sendo um problema persistente, com taxas que variam conforme a instituição, o

curso, e o perfil dos alunos. Estudos como o de Silva (2020) indicam que fatores como a falta de apoio pedagógico, dificuldades de conciliação entre estudo e trabalho, e a baixa interação entre alunos e professores são determinantes para a evasão.

Segundo a tese de Oliveira (2021), a ausência de uma estrutura de apoio adequada, especialmente em polos de apoio presencial, é um dos principais motivos para o abandono dos cursos. A autora destaca que a falta de infraestrutura e a ausência de tutores qualificados contribuem para a sensação de isolamento dos estudantes, levando ao desinteresse e consequente desistência.

Segundo Abreu (2024, p. 45)

A evasão é um problema presente em todos os espaços educacionais e está relacionada [...] a diversos fatores, sendo estes internos e externos. [...] representa perda social, de recursos financeiros e do tempo de todos que fazem parte do processo de ensino, pois não é apenas o aluno que perde, mas, também, a instituição, o sistema de educação em sua totalidade.

A autora deixa claro que cada estudante que evade representa uma oportunidade perdida não apenas para a educação, mas para o próprio indivíduo na possibilidade de transformação de sua condição de vida, melhorando-a e auxiliando na reconstrução de um país mais justo e equitativo.

Para além dos fatores tradicionalmente elencados como determinantes da evasão escolar – como carência de recursos financeiros, dificuldades pedagógicas, contextos familiares fragilizados ou ausência de políticas de permanência estudantil – é necessário considerar o pano de fundo social mais amplo em que tais fenômenos ocorrem: a sociedade capitalista contemporânea organizada sob a lógica da racionalidade neoliberal. Nesse modelo, conforme argumentam Dardot e Laval (2016), a subjetividade é reconfigurada a partir da imposição de um novo regime normativo que opera pela responsabilização individual, deslocando para o sujeito o peso integral de sua trajetória social e educacional.

A racionalidade neoliberal, segundo os autores, consiste em uma forma de governo que transforma a concorrência em norma de conduta e a empresa em modelo de subjetivação. Em outras palavras, não se trata apenas de uma doutrina econômica, mas de uma racionalidade política que organiza práticas, discursos e modos de vida em todas as esferas sociais, inclusive a educacional (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 25). Dentro dessa lógica, o indivíduo é concebido como “empresário de si mesmo”, devendo gerir seu corpo, sua formação, suas competências e até seus afetos como um capital a ser valorizado.

A doença, o desemprego, a pobreza, o fracasso escolar e a exclusão são vistos

como consequência de cálculos errados, de investimentos mal escolhidos, de gestões falhas. As dificuldades da existência, a desgraça, a doença e a miséria são fracassos dessa gestão, por falta de previsão, prudência, seguro contra riscos. (Dardot; Laval, 2016, p. 344).

Neste cenário, a evasão escolar deixa de ser um problema de responsabilidade coletiva ou institucional e passa a ser interpretada como uma falha de autogestão individual. O estudante é transformado em consumidor de conhecimento e sua permanência no sistema educacional depende de sua capacidade de se autogerenciar em um ambiente altamente competitivo e performativo. Como afirmam os autores, “a criança mesma deve ser ‘empreendedora de seu saber’” (Dardot; Laval, 2016, p. 336), o que evidencia a internalização precoce da lógica empresarial até mesmo na formação básica.

Essa perspectiva contribui para o esvaziamento do papel social da educação como um direito universal, colocando em xeque a função pública das instituições de ensino. O discurso meritocrático que se sustenta sobre a lógica neoliberal desconsidera as desigualdades materiais e simbólicas que estruturam o acesso e a permanência educacional. Assim, a evasão deve ser analisada também como sintoma de um projeto societário que desvaloriza o saber científico e coletivo, enquanto exacerba a responsabilização subjetiva do fracasso.

Portanto, ao compreender a evasão escolar em cursos técnicos, especialmente na modalidade a distância, é imprescindível reconhecer que ela não ocorre em um vácuo social, mas está imersa em um regime de governamentalidade que opera a partir da fragmentação do coletivo, da precarização das condições de vida e da conversão da educação em mercadoria. Desse modo, a evasão é menos um desvio individual e mais um produto da racionalidade neoliberal que permeia todas as formas de organização da vida contemporânea.

2.2 Os achados de pesquisas em Teses e Dissertações

Vários trabalhos acadêmicos têm se debruçado sobre o tema da evasão na educação técnica a distância, contribuindo para um entendimento mais profundo das causas e possíveis soluções.

Alguns desses trabalhos foram de grande relevância para este estudo, uma vez que trataram especificamente do assunto em tela. Entre eles destacamos o trabalho de

Petrocione (2016), pesquisa realizada em Tocantins, que buscou identificar e compreender fatores que contribuíram para que estudantes tenham evadido de um curso profissionalizante. Tratou-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa e teve como pretensão dar sua contribuição em oferecer subsídios para que sejam desenvolvidas estratégias de enfrentamento ao problema.

O estudo de caso apresentou como objetivos secundários: compor a taxa de evasão; identificar os fatores que conduziram estudantes a evadirem; analisar, refletir e discutir sobre os dados obtidos; e apresentar o diagnóstico da evasão no curso/ciclo. O universo da pesquisa foi composta por sujeitos diretamente ligados ao curso e aos polos onde o curso foi oferecido. A pesquisa foi feita por questionários aplicados on-line. Os resultados demonstraram que fatores individuais foram os que prevaleceram, no entanto, acompanhados de fatores internos e externos. Assim se concluiu que a evasão é um fenômeno multifacetado, que envolve questões diversas, inter-relacionadas e, por isso, bastante complexas. Apresentou sugestões pontuais visando contribuir para elevar a taxa de permanência de estudantes no curso, mesmo reconhecendo que, em sua complexidade, a evasão demanda estudos e ações de enfrentamento permanentes.

Destacamos também o trabalho de Silva Júnior (2017), com pesquisa realizada em Rondônia, a qual objetivou apresentar os principais fatores que influenciam na Evasão Escolar no curso Técnico em Finanças na modalidade de educação à distância – EAD, e a partir disso estabelecer uma intervenção na realidade a fim de buscar formas de minimizar a problemática central. O levantamento de dados ocorreu em 8 polos da Instituição localizados nas regiões administrativas do estado, no período de setembro a dezembro de 2016.

A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, tendo em vista que a pesquisa foi concebida e realizada em estreita associação com uma resolução de um problema coletivo. Foi adotada a abordagem qualitativa descritiva de forma que os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram um diário de campo, usando também questionário semiestruturado e análise documental. Usou como fundamentação legal, documentos como: LDB (Lei nº 9394/96), Constituição Federal (1998), Lei nº 4.024/1961, Lei nº 5.692/1971, Lei n.º 10.172/2001, Lei nº 13.005/2014 e Decreto Federal nº. 5.622/2005. Discutiu sobre a evasão escolar no cenário da EAD sobre a perspectiva de Riscal (2010), Litto (2007), ABED (2014), Freitas (2013), Fávero (2006) e Comarella (2009). Os resultados da pesquisa foram analisados sob a perspectiva de Dore e Luscher (2011), Almeida (2007) e Bittencourt; Mercado (2014). O universo da pesquisa foram estudantes

evadidos do curso Técnico em Finanças EAD Subsequente, coordenadores de polo e tutores. Os resultados apontaram para a necessidade de informações detalhadas sobre os cursos ofertados, indicadores preventivos e necessidade de acompanhamento institucional aos alunos com potencial de evasão.

Lima (2018), destacou-se pela pesquisa que teve como proposta a análise de causas da evasão de alunos dos cursos profissionalizantes na modalidade Educação a Distância – EaD – do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Diamantina. Nesta perspectiva, a fim de investigar as causas dessa evasão, partiu-se de uma abordagem quantiquantitativa para a efetivação da pesquisa, que foi realizada a partir do levantamento e da análise de dados provenientes das justificativas apresentadas pelos discentes no documento “termo de desistência de vaga” – material arquivado na secretaria da instituição; os procedimentos da pesquisa consistiram na aplicação de questionários e na realização de entrevistas semiestruturadas com os discentes evadidos dos cursos profissionalizantes do IFNMG – Campus Diamantina, no período de 2015 a 2017 e foi submetido à análise de conteúdo conforme Bardin (2011). Como aporte teórico utilizamos os estudos das produções de autores como Vitelli e Fritsch (2016); Carneiro, Silva e Bizarria (2014); Mugnol (2009); Romani (2000) e Castanho (2012), cujos trabalhos colocam em relevo a questão do gênero, os papéis das famílias, os aspectos sociais e as condições internas da organização escolar.

Os dados obtidos revelam aspectos relevantes que condicionam o processo de ensino e aprendizagem na modalidade EaD: disciplina e autonomia no processo de aprendizagem; compreensão do aluno como centro e auto construtor de seu aprendizado; consequências do atraso do material didático impresso, em razão das dificuldades da leitura de texto digitais e a questão da autonomia da mulher no processo educativo, tendo em vista as condições de permanência no curso e a conciliação com a vida familiar. Apurou-se ainda que as instituições de ensino precisam superar obstáculos ao ofertar a modalidade de ensino EaD, considerando-se os processos de adaptação, resistência e evasão dos educandos em relação a essa modalidade, além de desafios organizacionais no interior das instituições.

As pesquisas apresentadas, trouxe-nos reflexões a respeito das tratativas das instituições com os estudantes, mostrou-nos a necessidade de ampliar o foco no formato de nossas aulas, bem como nos processos de ensino-aprendizagem, perpassando pela demora na entrega dos materiais didáticos impressos, levando-nos a pensar sobre a falta

de equipamentos tecnológicos, para os fins educacionais, e assim, ressaltando que as condições sociais interferem diretamente na continuidade dos estudos.

2.3 Artigos Científicos sobre a Evasão no Ensino Técnico Profissional a Distância

Os artigos acadêmicos também têm desempenhado um papel crucial na discussão sobre a evasão na EaD. Por exemplo: o estudo de Pereira e Souza (2021), publicado na *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, analisou os dados de evasão em cursos técnicos oferecidos por uma rede de instituições federais de educação; Quiroga (2022), falou-nos sobre a Evasão na Educação a Distância (EaD) e suas interfaces com a democratização do Acesso e a intensificação das desigualdades, publicado em *Jornal de Políticas Educacionais*, volume 16, em agosto de 2022; Júlio César da Costa (2022) buscou identificar os fatores críticos e de sucesso na Permanência e evasão na Educação a Distância, artigo publicado no Congresso Internacional de Educação e Tecnologias – CIET; - Inge Renate Frose Suhr (2020), trouxe-nos uma reflexão bem interessante sobre “Evasão em cursos técnicos subsequentes: expressão da inclusão excludente? Publicada na revista da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, volume 4, de 2020; Lima e Almeida (2020), que discute a importância da mediação pedagógica para a retenção de alunos na EaD. Os autores argumentam que a presença ativa de tutores e a utilização de tecnologias educacionais que promovam a interação podem minimizar a evasão.

Em síntese os estudos citados vêm de uma forma diversa apresentar vários fatores, que em suas regiões passaram a ser a maior causa de evasão, bem como o argumento que estratégias de manter pessoas no apoio educacional-pedagógico trouxeram resultados favoráveis ao êxito acadêmico.

2.4 Fontes Governamentais e Institucionais

Além dos estudos acadêmicos, as bases de dados governamentais e os relatórios institucionais também fornecem informações valiosas sobre a evasão na educação técnica a distância. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC) publicam relatórios anuais (2018 a 2024) que incluem estatísticas sobre a evasão escolar em todos os níveis de ensino,

incluindo a Educação a Distância (EaD). Esses dados podem ser complementados por estudos desenvolvidos por instituições como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), que frequentemente realizam diagnósticos internos sobre a evasão em seus cursos técnicos na modalidade a distância.

A revisão da literatura mostra que a evasão no ensino técnico profissional a distância no Brasil é um fenômeno complexo, influenciado por fatores internos que se manifestam nas práticas institucionais cotidianas. Esses fatores, denominados predominantes, são recorrentes nas análises de gestores e docentes da Rede Federal. Entre os mais citados, conforme o Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal (Brasil, 2014), destacam-se: a) desinteresse – geralmente motivado por frustração com o curso ou com as condições de oferta; b) desatenção – dificuldade de concentração e foco durante as atividades remotas; c) dificuldade de aprendizagem – relacionada a deficiências na base formativa e metodologias inadequadas; d) impontualidade e saída antecipada – ausência de rotina estruturada; e) faltas recorrentes – baixa assiduidade que compromete o desempenho; f) queda da autoestima – consequência da desvalorização da experiência escolar e sensação de inadequação; g) baixa participação – alunos que pouco interagem com colegas e tutores; h) afinidade com o curso escolhido – estudantes que mudam de interesse ou percebem desalinhamento com seus objetivos.

Essas causas, embora recorrentes em diversos estudos nacionais, ganham contornos específicos no contexto da Rede Federal, especialmente no IFTO, como aponta Vieira de Abreu (2023). Em sua pesquisa sobre políticas de acesso e permanência em cursos do Instituto, a autora identificou que a evasão discente está profundamente relacionada à ausência de políticas estruturadas de apoio que contemplem a realidade de estudantes trabalhadores, oriundos das classes populares. As fragilidades observadas incluem a carência de apoio financeiro contínuo, ausência de políticas de permanência efetivas, deficiência nos serviços de atendimento psicopedagógico e limitação dos recursos de infraestrutura para suporte à modalidade EaD.

Vieira de Abreu (2023, p. 67) destaca que:

A inexistência desta política básica como direito adquirido do estudante intensifica as dificuldades de permanência estudantil na educação superior por parte do aluno trabalhador. [...] É necessário rever e implementar, efetivamente, políticas de permanência que garantam suporte material e institucional.

Nesse sentido, embora o avanço das tecnologias e o crescimento da oferta de cursos EaD tenham ampliado o acesso à educação técnica, ainda há muito a ser investigado e consolidado em termos de estratégias voltadas à permanência. A ausência de ações integradas de apoio, tanto no âmbito pedagógico quanto no psicológico e social, revela um descompasso entre a ampliação de vagas e a efetiva democratização do ensino técnico público. Conforme reforça a autora, o simples acesso não assegura a continuidade, sobretudo quando o estudante enfrenta desafios como jornada dupla de trabalho, responsabilidades familiares, falta de conexão com os conteúdos e escassa mediação humana nas plataformas digitais.

Para enfrentar esse desafio, é fundamental que as instituições educacionais e as políticas públicas se concentrem em estratégias que promovam o engajamento dos estudantes com o processo formativo e garantam suporte contínuo, de forma humanizada e contextualizada. Isso inclui não apenas a adoção de novas metodologias de ensino-aprendizagem mediadas por tecnologia, mas também o fortalecimento das políticas institucionais de permanência estudantil, com foco na equidade, no acolhimento e na superação das desigualdades que atravessam os sujeitos da educação profissional pública.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação profissional técnica a distância tem se consolidado como uma alternativa significativa para a democratização do acesso ao ensino no Brasil, especialmente em regiões onde a oferta presencial é limitada. No entanto, a evasão escolar nesse modelo de ensino apresenta-se como um dos principais desafios, impactando diretamente nas políticas públicas e na formação de profissionais qualificados.

O primeiro passo para entender esse fenômeno é a caracterização da evasão na educação profissional técnica a distância no Brasil. Além disso, é fundamental descrever o perfil dos estudantes que optam por essa modalidade de ensino. Aspectos como faixa etária, sexo e localidade são variáveis essenciais para compreender as dinâmicas que influenciam a permanência ou o abandono dos estudos. A análise desses fatores possibilita a identificação de grupos mais vulneráveis à evasão, bem como a elaboração de estratégias mais eficazes para a retenção desses estudantes.

Outro elemento central na compreensão do fenômeno da evasão é a estrutura dos polos de apoio presencial, que desempenham um papel crucial no suporte aos estudantes. A descrição dessa estrutura, incluindo sua distribuição geográfica e a qualidade dos serviços oferecidos, permite avaliar se as condições de ensino são adequadas e se atendem às necessidades dos alunos, impactando diretamente na decisão de continuar ou abandonar o curso.

Por fim, a identificação e análise dos dados de evasão nos cursos técnicos profissionais a distância, no período de 2018 a 2022, são essenciais para mapear tendências e mudanças ao longo do tempo. Esses dados proporcionam uma maior percepção da situação, facilitando a visibilidade para a formulação de políticas educacionais mais efetivas e direcionadas.

Este referencial teórico busca, portanto, fornecer uma base para a compreensão desses aspectos, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que possam reduzir a evasão e melhorar a qualidade da educação profissional técnica a distância no Brasil.

3.1 A evasão na educação profissional técnica a distância no Brasil

A evasão escolar é um problema complexo e se relaciona com outros importantes

temas da pedagogia, como as formas de avaliação, as metodologias de ensino, o currículo e outros. Os altos índices de evasão motivam pesquisas sobre fatores que contribuem para a evasão ou para a permanência. Urge saber o que a escola pode fazer para mudar esse contexto.

O problema do alto índice de evasão nos cursos de Educação a Distância (EaD) afeta, sobretudo, os estudantes, mas não só, pois também as instituições (públicas e privadas) que ministram esses cursos são fortemente impactadas por essa problemática que dificulta a execução de qualquer planejamento de gestão e investimento, concorrendo para a sua inviabilização.

Bruno (2010, p. 10), apresentando supostas causas da evasão no curso à distância, como:

o suficiente domínio técnico do uso do computador (principalmente da internet), falta da tradicional relação face a face entre professores e acadêmicos, dificuldade de expor ideias numa comunicação escrita à distância e a falta de um agrupamento de pessoas numa instituição física.

Para Abbad (2010), a carência de suporte pode levar à evasão, da mesma forma que a ineficiência do suporte à aprendizagem.

Na concepção de Abbad (2010, p. 294), existem outros fatores que podem influenciar na evasão do aluno da educação a distância:

O estudo propiciado pela EAD e, em especial, pelo e-learning impõe vários desafios aos pesquisadores desta área. Variáveis de diferentes contextos de estudo do aluno passam a afetar a participação e o rendimento em cursos à distância, o que, conseqüentemente, deveria resultar em mais pesquisas. Há restrições situacionais do ambiente de trabalho, como: tarefas incompatíveis com o estudo, ruídos, interferências e interrupções, pressões de tempo, conflito de papéis, falta de apoio de chefes a empregados e servidores públicos em treinamentos corporativos.

Além desses desafios, o estudante de e-learning, tanto em ambiente organizacional como em acadêmico, está submetido a fatores presentes em outros contextos como o familiar e em outros locais nos quais ele acessa os materiais de estudo. Pouco se sabe sobre a influência de variáveis desse tipo no comportamento e rendimento do estudante de e-learning.

Segundo o Censo EaD/Br (2011), as causas para evasão são a falta de afetividade desenvolvida entre os atores de um curso, falta de acolhimento no polo, o grau de insatisfação do aluno, a falta de conhecimento do curso, a dificuldade com a metodologia EaD, a complexidade das atividades, a dificuldade de assimilação da cultura inerente à EAD, falhas na elaboração do curso, a tecnologia inadequada ou falta de habilidade para usar a tecnologia corretamente, a ausência de reciprocidade da comunicação, a falta de agrupamento de pessoas numa instituição física, a falta de estímulo, o sentimento de

incapacidade, a solidão e a falta de dinheiro e tempo.

Segundo Dore (2013, s. p), “a evasão (abandono escolar) tem uma natureza multiforme: a escolha de sair da escola é apenas o ato final de um processo que se manifesta de muitas formas, visíveis ou não, ao longo da trajetória escolar do indivíduo”.

Considerando o que diz o documento Brasil - Mec/Setec (2014, p. 19), “os motivos que contribuem para a evasão pertencem a mais de uma categoria, podendo estar relacionados a fatores individuais (relacionados à pessoa do estudante), a fatores internos à instituição de ensino (relacionados a professores, a tutores, a coordenadores, à estrutura, à metodologia e ao polo) ou a fatores externos à instituição de ensino (relacionados a questões socioeconômicas e conjunturais).”

Embora os fatores elencados anteriormente evidenciam um conjunto importante de elementos que interferem na permanência dos estudantes nos cursos de EaD, é imprescindível contextualizar essas causas dentro de uma estrutura mais ampla, marcada pela racionalidade neoliberal que permeia a organização da educação contemporânea. Conforme argumentam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se reduz a uma política econômica, mas constitui uma nova razão do mundo, capaz de produzir subjetividades e formas de governo por meio da imposição de um modelo empresarial ao indivíduo.

No campo educacional, essa racionalidade opera por meio da transferência da responsabilidade do fracasso para o próprio estudante, visto agora como “empresa de si”, gestor de seu próprio desempenho e responsável exclusivo pelo êxito ou insucesso de sua trajetória. Assim, ao invés de questionar as condições estruturais, políticas e institucionais que dificultam o acesso e a permanência educacional, o discurso hegemônico tende a culpabilizar o sujeito por sua evasão, associando-a à falta de esforço, à má gestão do tempo ou à desorganização pessoal.

Dardot e Laval (2016, p. 344) destacam que:

A doença, o desemprego, a pobreza, o fracasso escolar e a exclusão são vistos como consequência de cálculos errados, de investimentos mal escolhidos, de gestões falhas [...] as dificuldades da existência [...] são fracassos dessa gestão, por falta de previsão, prudência, seguro contra riscos.

Nessa perspectiva, o estudante da EaD — muitas vezes trabalhador, chefe de família, com acesso precário à internet e com pouca familiaridade tecnológica — é pressionado a se comportar como um “empreendedor de si mesmo”, devendo organizar sua rotina, manter alta produtividade e alcançar desempenho satisfatório sem o devido

suporte institucional. A lógica meritocrática que sustenta esse modelo ignora, portanto, as desigualdades sociais, econômicas e culturais que estruturam o sistema educacional Brasileiro, especialmente no ensino técnico profissional a distância.

Portanto, compreender a evasão apenas a partir de variáveis internas ou individuais não é suficiente. É necessário identificar os dispositivos ideológicos e estruturais que produzem e naturalizam o abandono escolar, reconhecendo a evasão como expressão de um modelo educacional capturado pela lógica do capital, que fragiliza a escola pública e desresponsabiliza o Estado pela garantia do direito à educação.

A racionalidade neoliberal descrita por Dardot e Laval (2016) insere-se em uma lógica de mercado que, nas últimas décadas, vem moldando profundamente o campo educacional. Essa lógica se entrelaça com o que Boltanski e Chiapello (2009) denominam de “novo espírito do capitalismo”, no qual os antigos modelos hierárquicos e burocráticos cedem espaço a formas de gestão mais flexíveis, empreendedoras e descentralizadas. No entanto, essa flexibilização, ao invés de ampliar a autonomia dos sujeitos, desloca para o indivíduo a total responsabilidade por seu sucesso ou fracasso, intensificando as pressões subjetivas, especialmente sobre estudantes em situação de vulnerabilidade.

De acordo com os autores, o novo capitalismo mobiliza ideais de autonomia, criatividade e realização pessoal, mas os reconfigura dentro de uma lógica de produtividade e competitividade permanente. No contexto da EaD, isso se manifesta por meio da ênfase na autogestão, no desempenho individual, no uso constante de plataformas tecnológicas e na responsabilização do aluno por sua permanência ou evasão. Tais exigências, frequentemente apresentadas como “inovações pedagógicas”, mascaram as desigualdades reais de acesso, de tempo, de recursos tecnológicos e de apoio institucional vividas por grande parte dos estudantes da educação técnica pública.

Em contraposição a essa lógica de mercantilização da educação, Paulo Freire (1996) oferece uma visão crítica e profundamente humanista do papel da escola e da docência. Para Freire, a educação não pode ser reduzida a uma prestação de serviços ou a um investimento pessoal. A escola é, antes de tudo, um espaço de construção de sentidos, de diálogo e de libertação. A evasão, nesse sentido, deve ser compreendida como a falência de um projeto político-pedagógico que não conseguiu se conectar com a realidade concreta dos sujeitos.

Freire (1996, p. 52) afirma:

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. A prática docente que não respeita o saber do educando, que não parte dele, nega o diálogo, desumaniza a educação.

Essa crítica é especialmente relevante quando se analisa a EaD em instituições públicas como o IFTO, cuja missão institucional inclui o compromisso com a inclusão, a cidadania e a formação integral. A permanência estudantil, portanto, não pode se restringir ao monitoramento de métricas ou à execução de programas padronizados, mas deve emergir de práticas dialógicas e políticas de cuidado que acolham os estudantes em sua totalidade: material, emocional, social e pedagógica.

Ao integrar as críticas de Dardot e Laval, de Boltanski e Chiapello e de Freire, torna-se evidente que o enfrentamento à evasão requer não apenas reformas internas na estrutura da EaD, mas uma reorientação ética e política do projeto educacional. É necessário romper com o discurso da meritocracia e da eficiência e reafirmar a educação como direito social, comprometida com a transformação da realidade e com a emancipação dos sujeitos.

A evasão escolar, particularmente na Educação a Distância (EaD), é uma realidade persistente no cenário educacional Brasileiro, revelando-se como uma das maiores fragilidades das políticas de expansão do acesso ao ensino técnico e superior. Embora a modalidade tenha crescido de forma expressiva nos últimos anos, os índices de permanência continuam sendo desafiadores. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2022, divulgados pelo INEP, apenas 36,2% dos estudantes que ingressaram em cursos superiores de tecnologia na modalidade EaD em instituições públicas concluíram a formação dentro do tempo previsto (INEP, 2023). Em muitas instituições, especialmente no interior e nas regiões Norte e Nordeste, esse índice é ainda mais baixo.

A realidade não é distinta nos Institutos Federais, como o IFTO. Relatórios internos da Rede Federal apontam que a taxa de evasão nos cursos técnicos integrados e subsequentes a distância pode ultrapassar 50% ao final do segundo módulo. Esse quadro tem levado gestores e pesquisadores a reconhecerem que, para além de falhas administrativas ou dificuldades metodológicas, a evasão está diretamente relacionada à exclusão social, à desigualdade de oportunidades e à insuficiência de políticas públicas de suporte à permanência.

Nesse contexto, a abordagem proposta por Dardot e Laval (2016) revela-se extremamente pertinente. Os autores argumentam que a evasão deve ser compreendida não apenas como uma consequência de dificuldades individuais ou institucionais, mas como uma manifestação do processo de subjetivação imposto pela racionalidade neoliberal. Essa racionalidade, ao transformar o sujeito em "empresa de si mesmo", legitima o discurso de que o estudante é responsável exclusivo por seu fracasso,

mascarando as ausências estruturais do Estado e os desequilíbrios sociais que o atravessam.

Como indicam também Boltanski e Chiapello (2009), o "novo espírito do capitalismo" absorveu críticas sociais apenas para ressignificá-las dentro de um modelo de gestão empresarial, centrado na performance, na inovação e na produtividade. A educação, nesse modelo, passa a ser valorizada não por seu potencial emancipador, mas por sua capacidade de gerar "capital humano", pronto para a empregabilidade e a adaptação ao mercado. Essa lógica precariza o sentido público da escola e naturaliza o abandono daqueles que não se adequam ao ritmo exigido.

Em contraponto a essa perspectiva, Paulo Freire (1996) propõe uma concepção de educação baseada na escuta, na empatia e na construção coletiva do conhecimento. Freire defende que a evasão não deve ser tratada como um problema do aluno, mas como resultado de um sistema que falha em reconhecer as múltiplas realidades dos sujeitos da educação. Para ele, a permanência só será efetiva quando a escola se tornar um espaço de diálogo, respeito à cultura do educando e compromisso com a transformação da sociedade.

A evasão, portanto, não pode ser desvinculada das condições objetivas de vida dos estudantes, da precariedade dos serviços públicos e da omissão do Estado em garantir políticas intersetoriais de permanência. Conforme o Documento Orientador da SETEC (2014), as causas da evasão são múltiplas e se entrelaçam em três esferas: individual (saúde, trabalho, motivação), institucional (estrutura, metodologia, atendimento) e externa (contexto socioeconômico, transporte, assistência estudantil).

Dessa forma, pensar alternativas à evasão exige a articulação entre políticas públicas sólidas, práticas pedagógicas críticas e uma revalorização da função social da escola pública, especialmente na modalidade a distância. Não se trata apenas de reter o estudante nas estatísticas institucionais, mas de assegurar que sua permanência seja significativa, transformadora e digna.

Para melhor entendimento e visualização, foi criado um quadro comparativo: concepções sobre a evasão

Quadro 3 – comparativo: concepções sobre evasão

Autor/Instituição	Concepção sobre Evasão	Proposta de Superação
Pierre Dardot & Christian Laval	Manifestação da racionalidade neoliberal, que individualiza a responsabilidade do fracasso escolar. O estudante é visto como gestor de si, e a evasão como falha pessoal.	Desconstruir a lógica neoliberal e retomar a educação como bem comum e direito coletivo. Fortalecer políticas públicas e coletivas de suporte.
Luc Boltanski & Ève Chiapello	Reflexo do 'novo espírito do capitalismo', onde a educação é funcional ao mercado. A evasão decorre da exclusão daqueles que não se adaptam às exigências da produtividade.	Reconstrução do papel social da educação fora da lógica do capital. Fortalecer o vínculo entre educação e justiça social.
Paulo Freire	Resultado da ausência de diálogo e de reconhecimento da realidade do educando. A evasão revela um sistema que falha em acolher, motivar e transformar.	Educação dialógica, humanizada, baseada na escuta e na valorização da cultura do educando. Compromisso com a transformação social.
INEP / MEC / SETEC	Fenômeno multifatorial: causas individuais, institucionais e externas. Requer políticas intersetoriais e foco em assistência estudantil e gestão pedagógica.	Implantação de políticas integradas de permanência, infraestrutura adequada, tutoria eficiente, apoio financeiro e acolhimento psicossocial.

Fonte: criado pelo autor

3.2 Educação técnica profissional no Brasil

A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios as classes mais baixas da sociedade, a saber: a classe operária, os indígenas e escravos. Segundo Sales e Oliveira (2011, p.165), os ofícios “eram ensinados aos jovens e às crianças que não tivessem opção, como aqueles advindos das Casas da Roda, garotos de rua e delinquentes”. Quanto à elite, era destinada a educação de caráter acadêmico.

Com o advento do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, foram criadas as Casas de Fundação e de Moeda e com elas a necessidade de um ensino mais especializado, o qual destinava-se ao filho de homens brancos empregados da própria Casa. Pela primeira vez, estabelecia-se uma banca examinadora que deveria avaliar as habilidades dos aprendizes adquiridas em um período de cinco a seis anos. Caso fossem aprovados, recebiam uma certidão de aprovação (MEC, 2009, P.1).

Nesse mesmo período,

[...] foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, os quais traziam operários especializados de Portugal e recrutavam pessoas, até durante a noite, pelas ruas ou recorriam aos chefes de polícia para que enviassem presos que tivessem alguma condição de produzir (MEC, 2009, p. 1).

O desenvolvimento tecnológico do Brasil ficou estagnado com a proibição da existência de fábricas em 1785. Isso aconteceu devido à consciência dos portugueses de que “o Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil” (Alvará de 05.01.1785 in Fonseca, 1961).

A história da educação profissional no Brasil tem várias experiências registradas nos anos de 1800 com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade Brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a consequente revogação do

referido Alvará, D. João VI criou o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal, de acordo com Garcia (2000).

Em 1889, ao final do período imperial e um ano após a abolição legal do trabalho escravo no país, o número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, com um total de aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas (MEC, 2009, s.p.).

O Presidente do Estado do Rio de Janeiro (como eram chamados os governadores na época), Nilo Peçanha, iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola (Vieira, p.156).

O ano de 1906 foi marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil pelas seguintes ações: Realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho (MEC, 2009, s.p.).

A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.

3.3 Criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Com o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “*Escolas de Aprendizes Artífices*”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (MEC, 2009, s.p.).

O Congresso Nacional sancionou em 1927 o Projeto de Fidélis Reis que previa o

oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.

Com a criação, em 14 de novembro de 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública foi estruturada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura. Essa Inspetoria foi transformada, em 1934, em Superintendência do Ensino Profissional. Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes (MEC, 2009, s.p.).

A Constituição Brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Assim, em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei 378 por Getúlio Vargas (Brasil, 1937) que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

Em 1941 vigoraram uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” (Brasil, 1942a, p. 15) que remodelou todo o ensino no país, e tinha como principais pontos:

- ✓ o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio;
- ✓ o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão;
- ✓ os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

O Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 (Brasil, 1942) transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do

país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

Conforme o documento alusivo ao centenário da rede federal de educação. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) traz a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia. Neste período, a indústria automobilística surge como o grande ícone da consolidação da indústria nacional. O Plano de Metas do Governo JK nesses cinco anos prevê investimentos maciços nas áreas de infra-estrutura (à produção de energia e ao transporte são conferidos 73% do total dos investimentos). Pela primeira vez contempla-se o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país (p. 4).

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Brasil, 1971), torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1978, com a Lei nº 6.545 (Brasil, 1978), três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde.

Em 1994 a Lei nº 8.948 (Brasil, 1994), de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, às condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

Em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei 9.394 (Brasil, 1996) considerada

como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional.

O Decreto 2.208/1997 (Brasil, 1997) regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP.

Em meio a essas transformações da educação profissional de nosso país, retoma-se em 1999 o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978.

O Decreto 5773/2006 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Em 2007 é lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal que estipula até 2010 para serem implantadas 354 unidade. Também em 2007 o Decreto 6302 institui o Programa Brasil Profissionalizado e é lançado o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Em 2008 é articulada a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

3.4 Educação Técnica Profissional no Tocantins.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) é resultante da integração da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA), e foi criado por meio da Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Hoje, o IFTO possui oito campi e três campi avançados em pleno funcionamento, além de dezesseis pólos de educação a distância (IFTO, 2023a).

O IFTO é participante na história do ensino profissionalizante no Brasil, pois forma profissionais que atendem tanto aos arranjos produtivos locais como também somando-se às outras unidades da federação promovem o desenvolvimento do país quanto às demandas da sociedade e a democratização da educação. Por isso, a integração entre ensino, pesquisa e extensão voltados para os Arranjos Produtivos Locais ganha destaque nesta instituição, proporcionando desenvolvimento educacional, científico e tecnológico ao Estado (IFTO, 2023b).

Com a oferta de cursos no ensino médio e superior, além de pós-graduações lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, o IFTO atende todas as microrregiões

do Tocantins. São mais de 60 cursos regulares ofertados, além dos cursos de qualificação profissional de curta duração ofertados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e do Programa Mulheres Mil (IFTO, 2023b).

O contexto atual mostra uma nova característica da educação da Rede Federal em que se “configura como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (Brasil, 2012, p. 7).

A busca em atender a proposta de expansão da Rede Federal e as novas necessidades do mercado tem levado à implantação de instituições profissionalizantes em lugares que anteriormente não havia.

Retrocedendo um pouco na descrição histórica, com a criação do estado do Tocantins em outubro de 1988, uma significativa concentração populacional, com pessoas oriundas de todas as regiões do Brasil, as quais viram na implantação de um novo estado a oportunidade de mudança na melhoria da qualidade de vida, intensificou-se a implantação da primeira Escola Técnica Federal de Palmas - ETF-Palmas, na capital do estado. A ETF-Palmas, em 2003, oportunizou seis cursos técnicos subsequentes e quatro médios integrados. O processo rápido de expansão provoca em apenas dois anos a necessidade de qualificação em nível superior. Assim, no ano de 2005, a ETF-Palmas protocolou a primeira solicitação de autorização ao Ministério de Educação e Cultura para ofertar cursos superiores de tecnologia (IFTO, 2023a).

Com a nova formatação da Rede Federal de Ensino, em 2008, e a estruturação de 38 Institutos Federais (IFs), a Escola Técnica Federal de Palmas passa a fazer parte dos Institutos Federais de Educação como campus e, dentro deste contexto, ocorre a criação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), agregando a Escola Agrotécnica de Araguatins também como campus (Brasil, 2008).

Constituído em seis campi, estruturados para a oferta da modalidade presencial em ensino médio integrado e PROEJA, subsequente e superior, dentre eles, diferencia-se o campus Palmas com a modalidade a distância em cursos subsequentes. A implantação da educação a distância no ensino profissional tecnológico aconteceu em 2008 através do Sistema e-Tec com a oferta de quatro cursos (Brasil, 2009).

Com sede em Palmas, a Diretoria de Educação a Distância (DEAD), composta por um coordenador geral e-Tec, um coordenador adjunto, quatro coordenadores de cursos e uma equipe de professores bolsistas, utiliza o modelo EaD desenvolvido para comunicar com o aluno por materiais impressos, escritos de forma dialogada e, por um ambiente de aprendizagem virtual, o Moodle, apoiado por uma tutoria presencial e uma virtual em

polos, abrangendo seis diferentes municípios do Tocantins, atendendo as regiões: central, mesoeste, centro-norte e extremo norte (IFTO, 2023c).

3.5 Educação técnica profissional a distância no Tocantins

O Ministério da Educação (MEC), por meio das políticas públicas em educação a distância, desenvolve dois grandes projetos que visam ampliar o acesso ao ensino superior e técnico em todo o país: no âmbito da educação superior, o projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB); na educação técnica profissional, a Rede e-Tec Brasil e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC (PDI – IFTO, 2020).

O Instituto Federal do Tocantins (IFTO) é habilitado para atuar nas duas frentes, na modalidade a distância, propostas pelo MEC. Em alinhamento às políticas nacionais de ampliação da oferta de educação técnica, o IFTO instituiu o Centro de Referência em Educação a Distância (CREAD), conforme projeto apresentado em 2017 por sua Diretoria de Ensino a Distância. O CREAD surgiu com o propósito de fortalecer a missão institucional e promover a inclusão educacional no Estado do Tocantins, compreendendo a educação como uma prática social, materializada nos serviços e produtos oferecidos à população por meio de sua estrutura.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2024), a missão do IFTO é: “Proporcionar o desenvolvimento regional por meio do ensino, pesquisa e extensão, prezando pela eficiência na formação acadêmica e na difusão do conhecimento” (IFTO, 2020, p. 49). A instituição ancora sua atuação em valores como desenvolvimento regional, gestão democrática, inovação tecnológica e foco no mercado de trabalho. Tais diretrizes se alinham à concepção de educação politécnica defendida por autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que afirmam que a formação técnica deve estar articulada ao desenvolvimento das capacidades humanas em sua integralidade, superando a dicotomia entre trabalho manual e intelectual.

Como parte dessa estratégia de atuação, a Resolução nº 57/2019/CONSUP/IFTO, de 21 de agosto de 2019, oficializa a criação do CREAD, com a missão de: “Contribuir com a promoção da educação, com a oferta de ensino de qualidade em todos os níveis através da Educação a Distância, formando cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação” (IFTO,

2019, p. 4).

O CREAD busca, ainda, contribuir para a democratização do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade por meio da oferta de cursos em diversas regiões do Tocantins, apoiado em ações de Ensino Inovador, Extensão Tecnológica e Pesquisa Aplicada na modalidade EaD (IFTO, 2019, p. 5). A proposta dialoga com a análise de Belloni (2009), que reconhece na EaD um importante mecanismo de superação das desigualdades regionais e de interiorização da educação técnica, especialmente em estados com grande dispersão populacional como o Tocantins.

É importante ressaltar que, conforme dados do Censo da Educação Profissional e Tecnológica (INEP, 2022), o Tocantins conta com mais de 12 mil matrículas na educação profissional técnica de nível médio, sendo mais de 30% delas ofertadas na modalidade a distância. Essa realidade evidencia o papel estratégico da EaD no atendimento das regiões mais remotas, onde a oferta presencial é limitada.

Com o intuito de mitigar os índices de evasão, o Plano Estratégico para a Permanência e Êxito dos Estudantes do CREAD (2023) realizou diagnóstico situacional sobre a retenção e evasão entre 2019 e 2022. O estudo identificou os cursos e polos com maiores taxas de evasão, além de mapear os fatores internos (como dificuldade de acesso à internet e ausência de tutoria ativa) e externos (como jornada de trabalho, cuidado com familiares e problemas financeiros) que contribuem para o afastamento dos estudantes. A partir disso, foram traçadas ações preventivas com foco na permanência estudantil.

Nesse sentido, autores como Dourado e Oliveira (2020) destacam que as políticas de permanência precisam considerar o contexto socio-territorial dos alunos, integrando suporte acadêmico, tecnológico e social, para que a EaD cumpra efetivamente seu papel de inclusão.

3.6 A Educação a Distância no Contexto da Pandemia da COVID-19 (2018–2022)

O período de 2018 a 2022 marcou uma transformação profunda nas práticas educacionais Brasileiras, sobretudo no âmbito da Educação a Distância (EAD). A pandemia da COVID-19, deflagrada em 2020, impôs uma reorganização estrutural às instituições de ensino, provocando tanto a ampliação das ofertas de cursos não presenciais quanto o surgimento de novos desafios pedagógicos, tecnológicos e

emocionais. Embora a EAD já viesse em processo de consolidação nas redes públicas e privadas desde a década anterior, foi durante a crise sanitária que se tornou o principal meio de continuidade do processo educacional em larga escala (Moran, 2020; Arruda, 2020).

Antes do advento da pandemia, entre 2018 e 2019, os cursos técnicos a distância do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) vinham apresentando uma trajetória de expansão moderada, com investimentos em polos e melhorias nas plataformas virtuais. Entretanto, o cenário de 2020 alterou profundamente essa dinâmica: a EAD deixou de ser uma modalidade opcional para se tornar a principal alternativa de ensino, o que exigiu uma rápida adaptação institucional e docente. Conforme aponta Hodges et al. (2020), o ensino remoto emergencial, ainda que baseado em tecnologias da EAD, não deve ser confundido com ela, pois careceu de planejamento pedagógico e infraestrutura adequados, reproduzindo muitas das desigualdades já existentes.

A transição abrupta para o ensino remoto revelou fragilidades estruturais nos polos do IFTO, especialmente no tocante à conectividade, acesso a equipamentos e suporte técnico aos estudantes. Essa conjuntura acentuou fatores que contribuíram para o aumento dos índices de evasão, fenômeno observado em diversas pesquisas nacionais e internacionais (Silva; Lima, 2021; UNESCO, 2021). Para muitos estudantes, a falta de acesso à internet ou de um ambiente doméstico favorável ao estudo inviabilizou a permanência no curso, enquanto, para outros, o isolamento social e a sobrecarga emocional impactaram diretamente na motivação e no desempenho acadêmico.

Paralelamente, a pandemia trouxe à tona uma reflexão sobre o papel da EAD como instrumento de inclusão e democratização do ensino técnico. De acordo com a UNESCO (2021), a crise sanitária expôs tanto o potencial da EAD para ampliar o acesso à educação quanto seus limites diante das desigualdades socioeconômicas. No caso do IFTO, o cenário revelou a necessidade de fortalecer políticas de acompanhamento e de suporte psicopedagógico, bem como de aperfeiçoar a formação docente para o uso de metodologias digitais mais inclusivas.

Com o avanço da vacinação e a gradual retomada das atividades presenciais em 2021 e 2022, observou-se uma nova configuração híbrida nas práticas educacionais, mesclando elementos do ensino remoto e da EAD tradicional. Esse período evidenciou a consolidação de competências digitais e o surgimento de novas abordagens pedagógicas

baseadas na flexibilidade e na autonomia do discente (Bacich; Moran, 2021). No entanto, também reafirmou a importância de políticas públicas voltadas à equidade digital e à permanência estudantil.

Dessa forma, o recorte temporal de 2018 a 2022 permite compreender que a pandemia não apenas interrompeu a linearidade das políticas de EAD, mas também serviu como catalisador de mudanças estruturais e pedagógicas na educação técnica pública. No caso específico do IFTO, o período representa tanto um ponto de inflexão quanto um campo fértil de análise sobre a permanência e a evasão dos estudantes nos cursos a distância.

4. EVASÃO NOS CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS A DISTÂNCIA NO IFTO: análise comparativa do período pré e pós-pandemia

A evasão escolar em diferentes níveis de ensino é historicamente uma realidade do sistema educacional Brasileiro, sendo necessário conhecer de forma mais detalhada e fidedigna suas origens e seu impacto na vida de milhares de estudantes (Temp; Coutinho, 2020).

Conforme Dourado (2016), um número significativo de estudantes que ingressam nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) apresentam questões individuais e externas, como dificuldades econômicas e/ou emocionais; cansaço no deslocamento entre casa e o campus; necessidade de conciliar trabalho e estudos; discrepância de conhecimentos e habilidades para acompanhar o ensino médio; distorção idade/série, entre outros, que se apresentam como barreiras à permanência desse jovem ou adulto/a, que pode ir deixando de frequentar a instituição escolar, até perder totalmente o vínculo, resultando na evasão escolar (Dourado, 2016).

Segundo Dore e Lüscher (2011), estudosas da evasão escolar, esse é um fenômeno multifacetado que pode ser analisado sob diferentes aspectos: individuais, ligados ao estudante e sua família, os internos, ligados à instituição escolar, e os externos, ligados à comunidade e à sociedade. Ainda para as autoras, “a pesquisa sobre evasão escolar no ensino técnico no Brasil, encontra um de seus maiores problemas e um grande desafio na escassez de informações sobre o assunto” (Dore; Lüscher, 2011, p.782). Veiga e Bergiante (2016) corroboram a visão de Dore e Lüscher (2011) sobre a

evasão escolar, ao afirmarem que “há uma variedade de fatores responsáveis que, concomitantemente, podem interferir na permanência do/a discente no ambiente acadêmico” (p. 9). Nesse contexto, o fenômeno da evasão dificilmente se restringirá a apenas um parâmetro específico, mas a uma diversidade de fatores que se inter-relacionam.

De acordo com a divulgação dos resultados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) em 2019, o índice de evasão no ensino técnico no Brasil foi de 13% e no ensino médio 8,4%. São taxas elevadas se comparadas ao ensino fundamental II, que é de 2,4%. Por isso, este cenário demanda uma reflexão sobre o impacto dos fatores da evasão escolar no final da Educação Básica (Brasil, 2020).

A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) constitui-se como o sistema oficial de estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), sendo uma das principais ferramentas de gestão, avaliação e planejamento da política pública educacional voltada ao ensino técnico e tecnológico no Brasil. Criada por meio da Portaria SETEC/MEC n.º 1, de 3 de janeiro de 2018, a PNP tem por objetivo reunir, validar e divulgar dados consistentes, atualizados e padronizados das instituições que integram a rede federal, promovendo maior transparência, eficiência e controle social (Brasil, 2018).

A missão fundamental da plataforma é “subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas voltadas à educação profissional, científica e tecnológica” (Brasil, 2021a). A plataforma oferece painéis interativos de visualização de dados, relatórios técnicos e ferramentas de extração que permitem o acompanhamento de indicadores como número de matrículas, vagas ofertadas, dados orçamentários, perfil discente e docente, taxa de concluintes e, notadamente, índices de evasão e permanência nos cursos técnicos e superiores.

De acordo com o Guia de Referência Metodológica da PNP, publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a plataforma está estruturada em três etapas principais: (i) coleta dos dados, realizada por meio de bases já existentes, como o SISTEC, SIAPE e SIAFI, complementada por formulários específicos enviados pelas instituições; (ii) validação dos dados, por meio da atuação da Rede de Coleta, Validação e Disseminação de Dados (REVALIDE), formada por servidores e especialistas das instituições da Rede Federal; e (iii) disseminação, que ocorre por meio de ambiente web de acesso público, com painéis interativos e recursos de extração de dados (Brasil, 2021b).

Os dados reunidos pela PNP são fundamentais para a promoção da gestão pública

baseada em evidências. Conforme destaca Araújo et al. (2022), a consolidação de uma base de dados oficial e acessível permite às instituições da Rede Federal um acompanhamento mais preciso de seus indicadores de desempenho, além de fortalecer a responsabilização e o planejamento estratégico de médio e longo prazo. Do ponto de vista do Ministério da Educação, a PNP representa um avanço importante em termos de racionalidade administrativa, pois proporciona maior padronização e comparabilidade entre as instituições da rede, auxiliando na identificação de boas práticas e na formulação de ações corretivas.

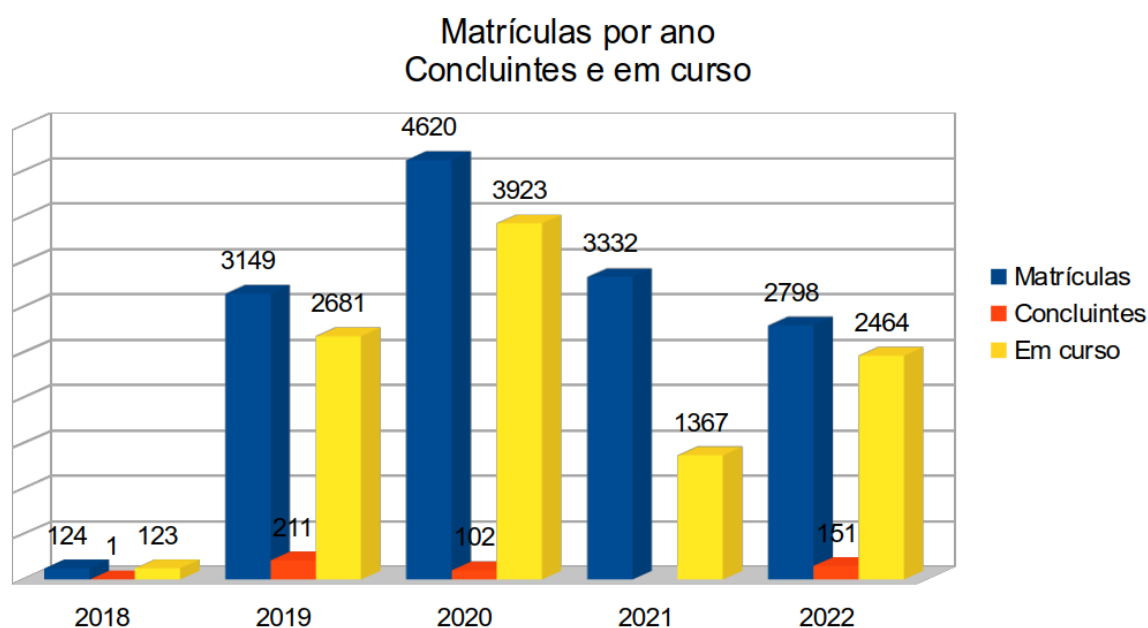
Vale ressaltar que a primeira edição da plataforma foi publicada em 2018, com dados consolidados do ano de referência de 2017. Desde então, tem sido atualizada anualmente, consolidando-se como a principal base estatística da RFEPCT. Os dados publicados são amplamente utilizados por pesquisadores, gestores públicos, jornalistas e cidadãos interessados em compreender a realidade da educação profissional pública no Brasil.

Com base nesse sistema, é possível identificar, por exemplo, os cursos com maiores taxas de evasão, a evolução do número de matrículas ao longo dos anos, a distribuição territorial das ofertas, o perfil sociodemográfico dos estudantes e o uso do orçamento por instituição. Todas essas informações são essenciais para compreender e enfrentar os desafios da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, especialmente no contexto da Educação a Distância (EaD), modalidade que tem demandado crescente atenção em virtude de seus altos índices de evasão.

Assim, a Plataforma Nilo Peçanha configura-se como uma ferramenta estratégica de governança pública educacional, e sua utilização, tanto por gestores como por pesquisadores, é imprescindível para a construção de políticas públicas mais eficientes e equitativas.

Esta seção apresenta os dados fornecidos pela Plataforma Nilo Peçanha – PNP. Informações que corroboram para a importância de nosso estudo, visto que, a partir destes podemos nos aprofundar em conhecer as disparidades, caso haja, sobre a evasão no período proposto, 2018 a 2022. A seguir, apresenta-se o Gráfico 1, que representa a evolução das matrículas, estudantes em curso e concluintes nos cursos técnicos a distância do IFTO entre os anos de 2018 e 2022.

Gráfico 1: Número de matrículas, concluintes e em curso por ano do IFTO - 2018 a 2022



Apresentamos o Gráfico 1, o qual reúne informações relativas ao ano de referência, matrículas, estudantes em curso e concluintes nos cursos técnicos a distância do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), no período de 2018 a 2022. Para uma compreensão mais ampla desses dados, é necessário contextualizar os conceitos que os fundamentam, conforme estabelecido no *Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade a Distância do IFTO* (ODP).

O ano de referência corresponde ao ano da oferta do curso, que possui entrada única anual, conforme Art. 86 da ODP. Os cursos técnicos são organizados em blocos de componentes curriculares semestrais, articulados ou não ao ensino médio, a depender da modalidade (concomitante ou subsequente), em consonância com o Art. 36-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). Esses blocos, definidos no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), representam o conjunto de disciplinas ofertadas a cada semestre letivo.

A matrícula é o ato documental que formaliza o ingresso do estudante após a aprovação no processo seletivo, sendo realizada no primeiro semestre letivo (ODP/IFTO, Art. 60). Para os estudantes que progridem com êxito, a renovação de matrícula ocorre conforme calendário institucional, sendo considerada obrigatória a cada novo bloco de

disciplinas (Art. 67). O regulamento também permite o cancelamento de matrícula por parte do estudante, mediante solicitação formal (Art. 68), o que pode impactar diretamente nos índices de evasão.

No que se refere aos estudantes em curso, trata-se daqueles que ainda não finalizaram todas as componentes curriculares previstas em sua matriz, podendo estar em situação regular ou de dependência (Art. 111). Essa dependência decorre da não aprovação em algum componente, sendo possível a sua repetição em período posterior. Assim, mesmo que o curso tenha duração prevista, a trajetória do estudante pode se estender, conforme o desempenho individual e as oportunidades de recuperação previstas no regulamento.

Já a linha dos concluintes indica os estudantes que finalizaram com sucesso todos os blocos e componentes curriculares. É importante destacar que, conforme a própria estrutura dos cursos e a existência de dependências, o tempo de conclusão pode variar entre os estudantes, o que influencia diretamente a taxa de conclusão por ano de entrada.

A análise do gráfico permite ainda uma comparação entre o período pré-pandemia (2018 e 2019) e o período pós-pandemia (2021 e 2022). Antes da pandemia, as matrículas apresentaram crescimento expressivo: saltaram de 124 em 2018 para 3.005 em 2019, evidenciando a consolidação da modalidade a distância e a ampliação da oferta institucional. No entanto, é em 2020 — ano do início da crise sanitária — que se registra o maior número de matrículas, com 4.459 estudantes, o que pode ser atribuído à migração forçada de diversas instituições para o ensino remoto emergencial. Segundo Bagai (2020), esse movimento, embora necessário, expôs fragilidades estruturais do sistema educacional, especialmente no que tange à permanência dos estudantes em cursos técnicos.

No período pós-pandêmico, observa-se uma tendência de queda nas matrículas e nos estudantes em curso. Em 2021, as matrículas caem para 3.310, o que representa um percentual de 25,77%, uma queda de 1.149 estudantes com referência a 2020 e, em 2022, para 2.780, representando um percentual de 37,65%, uma redução de 1.679 estudantes. Já o número de estudantes em curso também acompanha essa redução, sugerindo dificuldades de manutenção do vínculo estudantil. Conforme apontam Dantas e Ribeiro (2021), a evasão nos cursos EAD tende a se intensificar quando os estudantes enfrentam condições adversas como desemprego, sobrecarga de tarefas domésticas, ausência de suporte familiar e limitações de conectividade — todas agravadas pela pandemia.

Por outro lado, o número de concluintes se mantém baixo tanto antes quanto

depois da pandemia, o que reforça a importância de políticas institucionais de permanência e apoio acadêmico. Dardot e Laval (2016) argumentam que, em contextos marcados por racionalidades neoliberais, como o Brasileiro, a responsabilização individual pelo fracasso educacional ofusca os limites estruturais impostos pelas desigualdades sociais.

Em síntese, os dados apresentados revelam que, apesar da ampliação do acesso, ainda há desafios substanciais para garantir que os estudantes ingressem, permaneçam e concluam sua formação técnica na modalidade a distância. Esse cenário demanda ações articuladas entre gestão institucional, políticas públicas e acompanhamento pedagógico contínuo.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção tem por finalidade apresentar, interpretar e discutir os dados obtidos no decorrer da pesquisa sobre a evasão nos cursos técnicos profissionais a distância do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), no período compreendido entre 2018 e 2022. A análise parte da problematização central do estudo, que consiste em verificar se houve disparidade nos índices de evasão com o advento da pandemia da COVID-19, em comparação ao período anterior.

Para alcançar tal propósito, os resultados foram organizados de forma a responder aos objetivos específicos da pesquisa, que incluem: caracterizar a evasão na educação profissional técnica a distância no Brasil; apresentar o perfil sociodemográfico dos estudantes do IFTO, com destaque para variáveis como faixa etária, sexo e renda per capita; analisar quantitativamente a evasão no recorte temporal definido; e, por fim, propor uma série de podcasts como produto educacional derivado desta investigação.

Assim, o capítulo está estruturado em cinco eixos principais: o panorama da evasão na educação técnica a distância no Brasil, a caracterização do perfil discente do IFTO, a análise comparativa da evasão antes, durante e após a pandemia, a proposição do podcast educativo como estratégia de divulgação científica e, por fim, uma síntese integradora dos achados. Cada uma dessas seções será apresentada de forma articulada com a fundamentação teórica previamente discutida, buscando oferecer uma leitura crítica e contextualizada dos dados.

Mais do que apresentar estatísticas, pretende-se, neste capítulo, compreender os

sentidos e impactos da evasão escolar no contexto da educação profissional a distância, especialmente diante das transformações impostas pela crise sanitária global. Como defendem Dantas e Ribeiro (2021), compreender a evasão exige ir além dos números, exigindo olhar atento às condições materiais, emocionais e institucionais que atravessam a trajetória dos estudantes.

4.1. Panorama Nacional da Evasão na Educação Técnica a Distância

A evasão escolar na educação profissional técnica a distância tem se consolidado como uma das principais fragilidades dessa modalidade, tanto em instituições públicas quanto privadas. Dados da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) indicam que a evasão na EAD Brasileira pode ultrapassar 50% em determinados cursos e instituições, especialmente aqueles com menor suporte pedagógico e tecnológico (ABED, 2020). Essa tendência revela que o acesso à educação não garante, por si só, a permanência e a conclusão dos cursos.

Na perspectiva dos cursos técnicos, a evasão adquire contornos ainda mais complexos. Esses cursos, por exigirem desenvolvimento de competências práticas e profissionais, enfrentam limitações significativas quando migrados para o ambiente virtual, especialmente no caso de estudantes com restrições de acesso à internet ou a dispositivos tecnológicos adequados. Conforme destaca Belloni (2008), a educação a distância, quando desprovida de acompanhamento sistemático, tende a ser percebida como uma experiência solitária, o que contribui diretamente para o abandono.

A literatura nacional sobre o tema aponta uma diversidade de fatores relacionados à evasão na EAD técnica. Dantas e Ribeiro (2021) classificam os principais motivos em três categorias: fatores individuais (como falta de tempo, dificuldades pessoais, saúde, motivação), fatores institucionais (infraestrutura deficiente, tutoria ineficaz, metodologia pouco interativa) e fatores socioeconômicos (renda, trabalho, responsabilidades familiares). Esses fatores são ainda mais agravados no contexto de estudantes que ingressam no ensino técnico com expectativas de rápida profissionalização e retorno ao mercado de trabalho, sendo diretamente impactados por interrupções, como as ocorridas durante a pandemia.

No que se refere à evasão nas redes federais, dados da Plataforma Nilo Peçanha

(PNP) corroboram a tendência nacional. Os cursos da modalidade EAD ofertados por Institutos Federais, embora representem um avanço em termos de democratização do ensino técnico, enfrentam elevadas taxas de evasão e baixa taxa de conclusão. Relatório da PNP (2022) mostra que, no triênio 2018–2020, a taxa média de conclusão dos cursos técnicos a distância nos IFs não ultrapassava 40%.

No Tocantins, estudos recentes confirmam essa realidade. Abreu (2024), ao analisar os cursos de licenciatura do IFTO na modalidade EAD, já alertava para o baixo índice de permanência e a necessidade de políticas de apoio pedagógico, psicológico e financeiro aos estudantes. Ainda que o foco do estudo seja a formação superior, suas conclusões se aplicam de forma significativa ao ensino técnico, especialmente nas regiões mais afastadas dos centros urbanos, onde a infraestrutura educacional e digital é mais frágil.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que as instituições revejam suas estratégias de oferta, acompanhamento e avaliação nos cursos técnicos a distância, a fim de reduzir os índices de evasão e garantir que a expansão da EAD se traduza efetivamente em democratização do acesso com permanência e qualidade.

4.2 Perfil Sociodemográfico dos Estudantes do IFTO (2018–2022)

A compreensão do perfil sociodemográfico dos estudantes é essencial para analisar as causas e implicações da evasão nos cursos técnicos a distância. Nesta seção, são discutidos três indicadores centrais: faixa etária, renda familiar per capita (RFP) e raça/cor, com base nos dados institucionais do IFTO no período de 2018 a 2022.

4.2.1 Faixa Etária

A seguir, apresenta-se o Quadro 4, que demonstra a distribuição das matrículas por faixa etária nos cursos técnicos a distância do IFTO entre os anos de 2018 e 2022. Nota-se que a maior concentração de estudantes está nas faixas de 20 a 34 anos, o que caracteriza um público majoritariamente jovem adulto, com implicações diretas na estrutura de tutoria, suporte e estratégias de permanência.

Quadro 4 – Matrículas por faixa etária nos cursos técnicos a distância do IFTO (2018–2022)

Matrículas por faixa etária													
Ano	S/I	< 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	> 60 anos	TOTAL
2018			11	15	29	25	14	13	8	6	2	1	124
2019		2	663	622	499	442	374	202	119	46	23	13	3005
2020	24		576	1003	824	718	618	385	184	86	45	20	4483
2021	22		229	731	646	559	508	335	161	74	44	23	3332
2022	18		33	590	549	479	428	358	181	84	45	33	2798

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2023)

A análise da faixa etária revela a predominância de estudantes jovens adultos, especialmente entre 20 a 34 anos, com destaque para as faixas de 20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos. Em 2020, essas três faixas somaram 2.545 estudantes, representando 56,7% das 4.483 matrículas naquele ano. Esse perfil é coerente com o modelo de educação profissional subsequente, voltado para quem busca qualificação após o ensino médio.

Como ressaltam Dantas e Ribeiro (2021), a EAD tem se mostrado uma alternativa viável para adultos que precisam conciliar estudos com trabalho e responsabilidades familiares, justamente pela sua flexibilidade. Além disso, observa-se um número relevante de estudantes com 35 anos ou mais, especialmente entre 2020 e 2022, o que aponta para uma crescente demanda de requalificação profissional em um contexto de instabilidade econômica e transformações no mercado de trabalho.

4.2.2 Renda Familiar Per Capita

A seguir, o quadro 5, apresenta a distribuição das matrículas segundo a renda familiar per capita, fator determinante para a compreensão das condições socioeconômicas dos estudantes. Os dados indicam que uma expressiva parcela dos matriculados pertence a famílias com renda de até 1,5 salário mínimo, evidenciando a importância de políticas de assistência estudantil.

Quadro 5 – Matrículas por renda Per Capita Familiar nos cursos técnicos a distância do IFTO (2018–2022)

Matrículas Renda Familiar Per Capita								
Ano	0 <RFP <=0,5	0,5 <RFP <= 1	1 <RFP <=1,5	1,5 <RFP <=2,5	2,5 <RFP <=3,5	RFP > 3,5	N Declar ada	TOTA L
2018	6	28	28	25	11	24	2	124
2019	327	999	708	481	173	135	182	3005
2020	137	131	70	73	10	23	4039	4483
2021	135	98	54	49	9	20	2967	3332
2022	111	89	51	42	5	18	2482	2798

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2023)

Outro fator central na análise da evasão é a condição socioeconômica dos estudantes. Os dados mostram que uma proporção significativa declarou renda per capita de até 1,5 salários mínimos, especialmente nos anos de 2019 e 2020. Em 2019, 2.034 estudantes (67,7% do total) situavam-se nessa faixa, o que demonstra que os cursos técnicos a distância do IFTO atendem majoritariamente a um público em situação de vulnerabilidade social.

Em 2020, embora o número de declarações tenha caído drasticamente, o total de matrículas com renda não declarada saltou para 4.039 (90% do total), indicando uma lacuna crítica nos registros institucionais. Essa omissão pode ter sido provocada pela urgência da expansão de vagas durante a pandemia, pela flexibilização nos critérios de ingresso, ou pela dificuldade de documentação enfrentada pelos estudantes.

Segundo Dardot e Laval (2016), o modelo neoliberal empurra aos sujeitos a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de sua trajetória educacional, ignorando as barreiras socioeconômicas que limitam a permanência dos mais pobres. A ausência de programas de assistência estudantil voltados à realidade do estudante EAD pode contribuir para a evasão, especialmente quando se consideram os custos ocultos da permanência, como internet, energia elétrica e equipamentos.

4.2.3 Raça/Cor

A seguir, apresenta-se o Quadro 6, que demonstra a distribuição das matrículas por Raça/Cor nos cursos técnicos a distância do IFTO entre os anos de 2018 e 2022.

Observa-se predominância de estudantes autodeclarados pardos e pretos, o que

evidencia a função inclusiva da EAD técnica, mas também impõe desafios no enfrentamento das desigualdades raciais.

Quadro 6 – Matrículas por Raça/Cor nos cursos técnicos a distância do IFTO (2018–2022)

Matrículas por raça							
Ano	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	N Declarada	Total
2018	6	20		76	21	1	124
2019	53	388	6	2079	429	50	3005
2020	20	145	3	860	167	3288	4483
2021	19	128	2	801	160	2222	3332
2022	17	118	2	584	135	1942	2798

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2023)

A análise racial revela uma predominância significativa de estudantes que se autodeclararam pardos e pretos, o que reforça a função social da educação técnica a distância como mecanismo de inclusão de populações historicamente marginalizadas. Em 2019, por exemplo, 2.508 estudantes se identificaram como pardos ou pretos (83,5% do total declarado). Já em 2020, mesmo com alto índice de não declaração (3.288 matrículas), observa-se que 1.027 estudantes se identificaram como negros (pardo + preto), o que corresponde a 94,6% dos registros declarados naquele ano.

Essa prevalência também é observada nos anos de 2021 e 2022. Em 2022, dos 856 estudantes que declararam sua raça/cor, 719 (83,9%) se identificaram como negros. Isso evidencia que os cursos EAD do IFTO têm cumprido papel importante na democratização do acesso ao ensino técnico, sendo porta de entrada para sujeitos historicamente excluídos dos espaços formais de formação profissional.

Como pontuam Silva e Araújo (2019), políticas públicas de acesso à educação técnica devem estar articuladas com ações afirmativas, garantindo não apenas o ingresso de estudantes negros e de baixa renda, mas sua permanência e sucesso acadêmico. No entanto, o elevado número de matrículas sem declaração de raça/cor a partir de 2020 impede uma análise mais detalhada das desigualdades raciais nos indicadores de evasão, sendo esse um aspecto que merece atenção institucional.

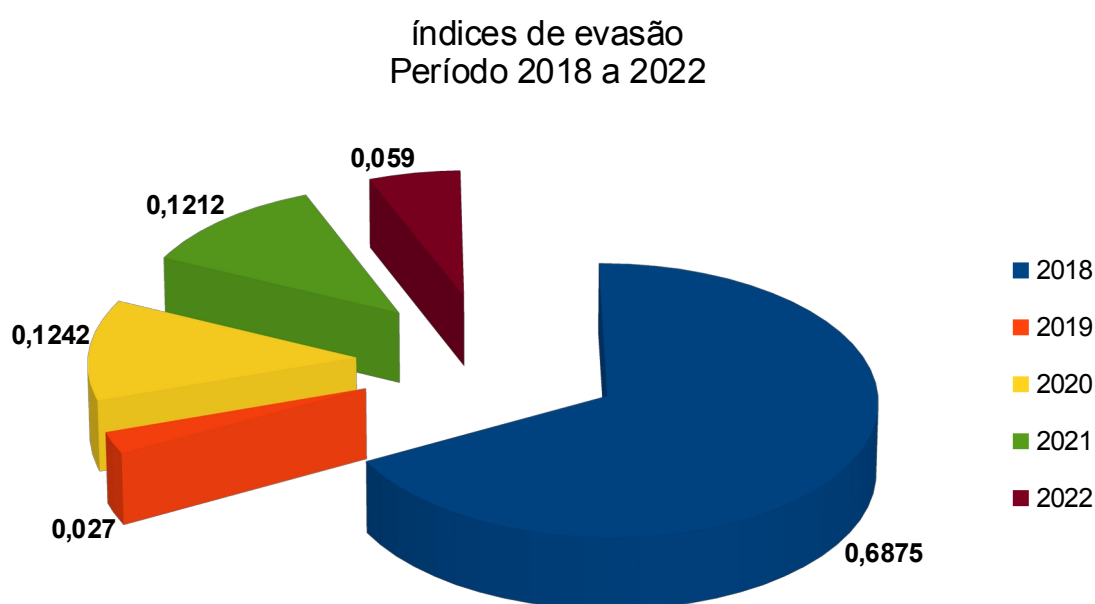
4.3 Percentual de Evasão no Período de 2018 a 2022

A evasão escolar nos cursos técnicos a distância do IFTO apresenta

comportamento oscilante ao longo dos anos analisados, com destaque para 2018, ano em que se concentrou o maior índice de evasão proporcional no período de 2018 a 2022.

A seguir, apresenta-se o Gráfico 2, que ilustra os percentuais de evasão registrados em cada ano com base no total acumulado do período.

Gráfico 2 – Percentual de evasão nos cursos técnicos a distância do IFTO (2018–2022)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2023)

A representação gráfica evidencia que o ano de 2018 concentrou 68,75% de toda a evasão registrada no período, o que pode ser interpretado como resultado de um estágio ainda embrionário da oferta dos cursos técnicos EAD na instituição. Tal número sugere fragilidades iniciais na infraestrutura, no modelo de tutoria, na seleção e no acompanhamento dos estudantes, além de eventuais dificuldades metodológicas e administrativas.

A partir de 2019, observa-se uma significativa redução nos índices de evasão. Em 2019, a evasão representou apenas 2,70% do total acumulado; em 2020, ano do advento da pandemia de COVID-19, o índice foi de 12,42%; em 2021, manteve-se em 12,12%; e, em 2022, houve nova queda para 5,90%. Esses dados demonstram que, ao contrário do que poderia se esperar, a evasão não aumentou de forma drástica durante a pandemia. Ao contrário, o período pandêmico parece ter mantido certa estabilidade, talvez pela

valorização social da modalidade a distância e pela ampliação emergencial das oportunidades de ingresso, mesmo com os desafios de permanência.

Conforme apontam Dantas e Ribeiro (2021), os índices de evasão devem ser lidos à luz do contexto institucional e socioeconômico, sendo influenciados por fatores como o suporte pedagógico, o acompanhamento tutorial e as condições de acesso digital. No caso do IFTO, os dados indicam que, mesmo diante das limitações impostas pela pandemia, os mecanismos institucionais implementados podem ter contribuído para a manutenção dos estudantes nos cursos.

Contudo, é necessário destacar que os baixos percentuais de evasão nos anos mais recentes não devem ser interpretados isoladamente como indicadores de sucesso, pois devem ser correlacionados com os dados de conclusão e de estudantes em curso. A evasão pode estar, em parte, mascarada por matrículas inativas ou silenciosas, especialmente nos anos com elevada taxa de estudantes "em curso", mas sem atividade registrada.

Assim, a análise gráfica reforça a importância de políticas públicas que contemplem não apenas o acesso, mas também a permanência, o acompanhamento e a conclusão, garantindo que a expansão da EAD se traduza efetivamente em formação de qualidade para os sujeitos historicamente excluídos do sistema educacional.

4.4 PRODUTO EDUCACIONAL: SÉRIE DE PODCAST SOBRE A EVASÃO NO ENSINO TÉCNICO A DISTÂNCIA DO IFTO

Esta seção apresenta o produto educacional resultante deste trabalho de mestrado profissional: uma série de três episódios de podcast com foco na evasão escolar nos cursos técnicos a distância ofertados pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO), com ênfase na análise comparativa dos períodos pré e pós-pandemia da COVID-19. A proposta atende à exigência do Programa de Pós-Graduação, que prevê a elaboração de um material aplicável à prática profissional e de impacto na comunidade educativa.

O podcast foi escolhido como formato por se tratar de uma tecnologia educacional acessível, flexível e capaz de promover diálogo entre a pesquisa acadêmica e a comunidade escolar, especialmente professores, gestores, estudantes e profissionais da educação profissional. Ao ser distribuído em plataformas de streaming, o conteúdo poderá ser acessado sob demanda, contribuindo para a disseminação de informações e a

formação crítica de seus ouvintes.

Conforme destaca Souza (2020), o podcast tem se consolidado como uma mídia educacional de grande alcance, por reunir características como mobilidade, linguagem acessível, facilidade de produção e personalização de conteúdos. Sua adoção vem crescendo em instituições de ensino superior, sobretudo em contextos de formação continuada, extensão universitária e projetos de pesquisa aplicada.

A palavra “podcast” resulta da junção dos termos *iPod* (dispositivo da Apple) e *broadcast* (transmissão), e remonta a iniciativas autônomas de distribuição de áudio na internet no início dos anos 2000 (Silva, 2021). A principal característica do formato é sua natureza sob demanda, o que significa que o ouvinte pode acessar o conteúdo quando e como desejar, favorecendo a autonomia no processo formativo (Machado, 2019). Sua popularidade explodiu durante a pandemia, impulsionada pelas restrições presenciais e pelo aumento do consumo de mídias digitais (Brito; Castro, 2022).

Apesar de suas inúmeras potencialidades, o podcast também apresenta limitações. Entre elas, destaca-se a ausência de elementos visuais, o que pode dificultar a compreensão de conteúdos mais técnicos. Além disso, há desafios na validação pedagógica dos materiais e na formação de público ouvinte, sobretudo em contextos de baixa conectividade ou letramento digital (Fernandes; Lima, 2021). Ainda assim, como reforçam Belloni e Almeida (2015), a inovação educacional está diretamente relacionada à capacidade de dialogar com os meios de comunicação contemporâneos.

No contexto tocantinense, tanto a Universidade Federal do Tocantins (UFT) quanto o IFTO vêm explorando o potencial do podcast como ferramenta de extensão e educação. A UFT, por exemplo, lançou durante a pandemia o Podcast "Conexão UFT", com temas voltados à saúde mental e ao cotidiano acadêmico em tempos de isolamento. Também se destacam os projetos "Pílulas de Conhecimento em Computação" e episódios sobre tecnologia e extensão universitária, voltados à comunidade acadêmica e ao público em geral. Já o IFTO tem investido em iniciativas como o “DEPPI Cast”, promovido pelo Campus Palmas, abordando temas ligados à educação profissional, inovação e metodologias de ensino.

A partir da análise do perfil dos estudantes do IFTO e da identificação dos principais fatores associados à evasão, foi elaborada uma proposta de podcast voltada à comunidade escolar, com foco na compreensão das causas e consequências da evasão e na busca de soluções práticas. A escolha dos temas dos episódios foi fundamentada nos

objetivos específicos da pesquisa, nos dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e na experiência empírica do pesquisador como professor da Rede Federal, além de entrevistas e observações realizadas durante o desenvolvimento do trabalho.

O público-alvo do podcast inclui:

- Estudantes da educação profissional técnica;
- Professores e tutores dos cursos EAD;
- Gestores educacionais;
- Pesquisadores da área de políticas públicas e educação a distância.

Estrutura e Temas do Podcast

A série será composta por três episódios, com duração média de 40 minutos cada, a serem gravados nas dependências do CREAD – IFTO, com equipe técnica e equipamentos adequados. O material será hospedado em plataformas como Spotify ou YouTube, com possibilidade de compartilhamento nas redes sociais e sites institucionais.

Episódio 1: "Panorama do Ensino Técnico a Distância e a Evasão no IFTO"

Este episódio introdutório traça um panorama histórico e institucional da oferta de cursos técnicos a distância no IFTO, situando o ouvinte sobre o funcionamento da modalidade e apresentando os dados de matrículas e evasão ao longo dos anos.

Link: <https://youtu.be/HnA5wlj2I1w>

Episódio 2: "Desafios e Transformações Durante a Pandemia"

Focado nos efeitos da pandemia de COVID-19, este episódio discute as mudanças institucionais, pedagógicas e tecnológicas ocorridas entre 2020 e 2021, bem como os impactos diretos na permanência dos estudantes.

Link: <https://youtu.be/bnwNyKDW6lQ>

Episódio 3: "Disparidades na Evasão e Caminhos para a Retenção de Alunos"

No episódio final, são abordadas as desigualdades sociais e institucionais identificadas nos dados da pesquisa, seguidas de propostas e estratégias para enfrentamento da evasão, com base em boas práticas de gestão e políticas públicas.

Link: <https://youtu.be/CmK35kJzHXM>

Divulgação e Impacto Esperado

A proposta prevê estratégias de divulgação em plataformas digitais e redes sociais, com o objetivo de alcançar um público diversificado. A expectativa é que o podcast contribua para a reflexão sobre o problema da evasão, amplie o debate dentro e fora do IFTO e sirva como ferramenta formativa para novas ações institucionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar a evasão nos cursos técnicos a distância ofertados pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO), no período de 2018 a 2022, com especial atenção às possíveis disparidades entre o cenário anterior e posterior à pandemia da COVID-19. A pesquisa revelou que, embora a modalidade EaD tenha contribuído para a ampliação do acesso à educação técnica, os desafios relacionados à permanência dos estudantes persistem — e, em muitos casos, foram agravados pelo contexto pandêmico.

Os dados obtidos por meio da Plataforma Nilo Peçanha, analisados com base em abordagem dialética e método quantiquantitativo, demonstraram que as maiores taxas de evasão se concentram entre estudantes com menor renda familiar per capita, em sua maioria autodeclarados pardos e pretos, e residentes em localidades com menor infraestrutura tecnológica. Embora a pandemia tenha gerado uma ampliação nas matrículas em 2020, os anos seguintes evidenciaram retração no número de concluintes e aumento da evasão silenciosa, muitas vezes mascarada por registros administrativos incompletos.

Nesse sentido, a pesquisa reafirma que a evasão escolar é um fenômeno multifatorial, atravessado por aspectos institucionais, econômicos, pedagógicos e culturais. A responsabilização individual do estudante, típica do discurso meritocrático neoliberal, desconsidera o peso das desigualdades estruturais que limitam o direito à educação plena. Compreender esse fenômeno exige, portanto, não apenas indicadores quantitativos, mas também escuta atenta às histórias de vida dos sujeitos da educação técnica pública.

Como produto educacional, a proposta de uma série de três episódios de podcast se apresenta como uma forma de ampliação do alcance das reflexões produzidas. Ao dialogar com estudantes, professores, gestores e a comunidade em geral, o podcast contribui para socializar o conhecimento científico em linguagem acessível e dinâmica, fomentando o debate público sobre um problema real e urgente.

Espera-se que os resultados aqui apresentados sirvam de base para novas ações institucionais que visem não apenas o acesso, mas principalmente a permanência qualificada dos estudantes na modalidade a distância. Recomenda-se, entre outras estratégias, o fortalecimento da tutoria ativa, a ampliação das políticas de assistência estudantil específicas para EaD, o investimento em formação docente para práticas

inclusivas e o acompanhamento sistemático dos indicadores de evasão com base em critérios territoriais e sociais.

Por fim, é necessário reafirmar a função pública da educação técnica: formar sujeitos autônomos, críticos e socialmente comprometidos. A permanência estudantil, mais do que um dado estatístico, deve ser compreendida como compromisso ético e político de toda a instituição pública de ensino. Ao investir na escuta, na empatia e na construção de vínculos, o IFTO pode avançar na consolidação de uma educação a distância democrática, acessível e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABED – ASSOCIAÇÃO Brasileira DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Censo EAD.br 2020: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil**. São Paulo: ABED, 2021.

ABED – ASSOCIAÇÃO Brasileira DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Evasão em cursos à distância: análise dos motivos de desistência. In: CONGRESSO Brasileiro DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 14., 2008, Brasília. **Anais [...]. Brasília: ABED, 2008**. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008>. Acesso em: 20 mai. 2015.

ABREU, Pollyana Vieira de. **Política de acesso e permanência nas licenciaturas do IFTO: o curso de Computação do Campus de Colinas do Tocantins como ilustração. 2024**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Tocantins, Palmas, 2024.

ALVES, Julliana Cunha. **Educação profissional e transformadora: os fatores para permanência discente em cursos técnicos a distância. 2023**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), [S.l.], 2023.

ARAÚJO, W. T. de; MORAES, R. M. de; FERREIRA, A. L. C. **A Plataforma Nilo Peçanha como instrumento de gestão pública na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. *Revista Gestão e Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 133-152, 2022.

ARRUDA, E. P. **Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação Brasileira em tempos de pandemia**. *EmRede: Revista de Educação a Distância*, v. 7, n. 1, p. 257–275, 2020.

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2021.

BAGAI, Editora (Org.). **Educação remota em tempos de pandemia**. Brasília: **CAPES; EduCAPES, 2020**. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/601699/2/Editora%20BAGAI%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Remota%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea)**.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 46)**.

BELLONI, Maria Luiza; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Educação a distância: tecnologia e autonomia**. São Paulo: Loyola, 2015.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988**.

Brasil. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta a Educação Profissional. Diário Oficial da União, Brasília, 1997.**

Brasil. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria Escolas de Aprendizizes Artífices. Diário Oficial da União, Brasília, 1909.**

Brasil. Decreto-lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. **Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.** Diário Oficial da União, Brasília, 1942.

Brasil. Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da União, Brasília, 1942.**

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Profissional e Tecnológica 2022.** Brasília: MEC/INEP, 2023.

Brasil. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial da União, Brasília, 1971.**

Brasil. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.**

Brasil. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.**

Brasil. Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Pronatec. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.**

Brasil. Ministério da Educação. **Documento orientador para superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2014.**

Brasil. Ministério da Educação. **Documento base: Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Brasília: MEC/SETEC, 2012.**

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia de Referência Metodológica: Plataforma Nilo Peçanha. Brasília: SETEC, 2021a.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/plataforma-nilo-pecanha>. Acesso em: 9 jul. 2025.

Brasil. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Painel da Plataforma Nilo Peçanha. Brasília: MEC, 2021b.** Disponível em: <https://pnp.mec.gov.br>. Acesso em: 9 jul. 2025.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portaria n.º 1, de 3 de janeiro de 2018. **Institui a Plataforma Nilo Peçanha – PNP. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jan. 2018.**

Brasil. Portaria MEC n.º 1.015, de 21 de agosto de 2009. **Dispõe sobre o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil)**. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRITO, Ana Paula; CASTRO, Marina. **O boom dos podcasts na pandemia: consumo, produção e desafios**. Revista Comunicação & Sociedade, v. 43, p. 88-104, 2022.

BRUNO, G. Jorge et al. **Evasão na educação à distância: um estudo sobre a evasão em uma instituição de ensino superior**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/2520102204050.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2015.

CARVALHO, Roberto Francisco de et al. **Política de formação discente em tempo ideal nos cursos de licenciaturas da UFT: aspectos teórico-práticos**. Revista Brasileira de Educação do Campo, Tocantinópolis, v. 8, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e15131>.

COSTA, Renata Luiza da. **A evasão em cursos técnicos a distância**. 2017. Artigo – Instituto Federal de Goiás (IFG), [S.l.], 2017.

CRUZ, Lorenzo Egydio Mollinar da. **Fatores que influenciaram a evasão na educação a distância no curso de Licenciatura em IFTM**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCA-Porto), [S.l.], 2022.

CUNHA, Fabrício William da. **Revisão bibliográfica das pesquisas sobre evasão escolar na educação profissional e tecnológica no Brasil**. 2021. Artigo – Instituto Federal de Alagoas (IFAL), [S.l.], 2021.

DANTAS, Luciana; RIBEIRO, Valéria. **Evasão no ensino técnico a distância: causas e estratégias de enfrentamento**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, v. 7, n. 2, p. 114-132, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

DORE, Regina; LÜSCHER, Ana Zuleika. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 144, p. 194–213, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação profissional e tecnológica e as políticas de permanência na educação a distância**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, n. 1, p. 21-34, 2020.

ESCOTT, Eliane; MORAES, Renato. **História da educação profissional no Brasil**. Revista História da Educação, v. 16, n. 2, p. 1492–1502, 2012.

FEITOSA, Marivânia da Silva. **A evasão na educação profissional: do entendimento da problemática a propostas de enfrentamento**. 2020. E-book – IFSPE, [S.l.], 2020.

FERNANDES, João; LIMA, Tainá. **Podcast como ferramenta educacional:**

potencialidades e limites. Educação em Debate, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2021.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FONSECA, Celso. História da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A nova pedagogia da hegemonia: o capital impõe a educação como mercadoria.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (Org.). **A politécnica e o ensino médio: concepção e contradições.** São Paulo: Autores Associados, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

HODGES, C. et al. **The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning.** *Educause Review*, 2020.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Centro de Referência em Educação a Distância – CREAD: Projeto de Criação.** Palmas: IFTO, 2017.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Educação a Distância – Diretoria de Educação a Distância (DEaD).** Palmas: IFTO, 2023c. Disponível em: <https://ead.ifto.edu.br>. Acesso em: 9 jul. 2025.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Histórico institucional.** Palmas: IFTO, 2023. Disponível em: <https://www.ifto.edu.br>. Acesso em: 9 jul. 2025.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020–2024. Palmas: IFTO, 2020.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do CREAD.** Palmas: IFTO, 2023.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade a Distância.** Palmas: IFTO, 2021.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão 2022.** Palmas: Reitoria/IFTO, 2023b. Disponível em: <https://www.ifto.edu.br/relatorios>. Acesso em: 9 jul. 2025.

JARDIM, Ana Lúcia Petrocione. **Políticas educacionais de formação profissional: fatores que contribuíram para a evasão ou para a permanência de estudantes do curso técnico subsequente em logística oferecido pelo IFTO/Rede e-Tec Brasil.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins (UFT), [S.l.], 2016.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação profissional: desafios para a integração com a educação básica.** São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Mariana; ALMEIDA, João. **Mediação pedagógica na educação a distância e a evasão escolar.** *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, v. 26, n. 3, p. 45–61, 2020.

LIMA, Keila Marinalva Bento. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante – modalidade EaD: um estudo de caso no Campus Diamantina do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.** 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), [S.l.], 2018.

MACHADO, André. **Educação digital e mídia sonora: o uso do podcast como instrumento pedagógico.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

MELO FILHO, Ivanildo José de. **A evasão em cursos técnicos a distância: um estudo bibliográfico no contexto dos Institutos Federais.** 2024. Artigo – Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), [S.l.], 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 3. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAN, J. **Educação híbrida: um conceito-chave para a educação hoje.** *Revista e-Curriculum*, v. 15, n. 3, p. 629–653, 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo da Silva. **A evasão nos cursos técnicos a distância: um estudo de caso nos polos de apoio presencial.** 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

PEREIRA, Luiz; SOUZA, Fábio. **Desafios da evasão nos cursos técnicos a distância: uma análise nas instituições federais.** *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, v. 24, n. 2, p. 15–30, 2021.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Relatórios estatísticos das redes federais de educação profissional e tecnológica.** Brasília: MEC/SETEC, 2022. Disponível em: <https://pnp.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

QUIROGA, Fernando Lionel. **A evasão na educação a distância (EaD) e suas interfaces com a democratização do acesso e a intensificação das desigualdades.** 2022. Artigo – Universidade Estadual de Goiás (UEG), [S.l.], 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba: IFPR-EAD, 2014.

RODRIGUES, Thaís Ferreira. **Metodologias pedagógicas e evasão na educação técnica a distância. 2022.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SALES, Márcia; OLIVEIRA, Pedro. **Eficiência das Escolas de Aprendizizes Artífices. Educação & Sociedade, v. 32, n. 116, p. 165–175, 2011.**

SANTOS, Eliane Cristina. **Perfil socioeconômico e evasão nos cursos técnicos a distância: um estudo na Rede Federal de Educação. 2019.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Robson dos. **Impactos da pandemia na oferta e no desenvolvimento dos cursos técnicos. 2020.** Artigo – Ministério da Educação (MEC), [S.I.], 2020.

SILVA, R. C.; LIMA, F. G. **A evasão no ensino técnico durante a pandemia: desafios e estratégias de enfrentamento. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 4, n. 2, p. 85–102, 2021.**

SILVA, Deise Kinsk Reis. Egressos da educação profissional técnica de nível médio na modalidade a distância: um estudo exploratório da proposta formativa e da inserção profissional. 2020. **Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), [S.I.], 2020.**

SILVA, Gislene Magali da. **O processo da institucionalização da educação a distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. 2013.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília (UnB), [S.I.], 2013.

SILVA, Júlio Cesar da. **Permanência e evasão na educação a distância: identificação de fatores críticos de sucesso. 2022.** Artigo – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), [S.I.], 2022.

SILVA, Roberto. A história do podcast: de nicho ao mainstream. *Revista Cultura Digital*, v. 8, n. 1, p. 22-39, 2021.

SOUZA, Patrícia. **Podcast na educação: mediação, autoria e protagonismo. Revista Educação em Movimento, v. 12, n. 1, p. 14-30, 2020.**

SUHR, Inge Renate Froese. Evasão em cursos técnicos subsequentes: expressão da inclusão excludente? 2020. Artigo – Instituto Federal Catarinense (IFC), [S.I.], 2020.

TAMADA, Mariela Mizota. **Predição de evasão de cursos técnicos em EaD através de técnicas de aprendizado de máquina em duas etapas. 2022.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Amazonas (UFAM), [S.I.], 2022.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação e crítica operária.** São Paulo: Polis, 1980.

UNESCO. **Educação em tempos de pandemia: lições e desafios.** Paris: UNESCO, 2021.

VENTURA, Marli Medeiros. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa.** Revista

SOCERJ, p. 383–386, set./out. 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6402668/mod_resource/content/0/Estudo%20de%20Caso%20-%20Lima%20%282020%29.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, Ana Maria Duarte Pacheco; SOUZA JUNIOR, Antonio de. **A educação profissional no Brasil. *Interacções*, n. 40, p. 152–169, 2016.** Disponível em: <http://www.eses.pt/interaccoes>. Acesso em: 9 jul. 2025.

VIEIRA DE ABREU, Pollyana. **Política de acesso e permanência estudantil no IFTO: o caso do curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Tocantins, Palmas, 2023.**

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.**

APÊNDICE A

Sugestões de questionamentos para os episódios do PodCast.

Episódio 1: Introdução e Contextualização

Título: "Panorama do Ensino Técnico a Distância e a Evasão no IFTO"

1 Abertura

- Introdução ao tema do podcast
- Apresentação dos apresentadores
- Breve resumo dos capítulos

2. Contexto Histórico e Importância

- História e evolução do ensino técnico a distância no Brasil
- Importância do ensino técnico a distância para a educação no país

3. O IFTO e a Educação a Distância

- Apresentação do Instituto Federal do Tocantins (IFTO)
- Oferta de cursos técnicos a distância pelo IFTO
- Papel do IFTO na democratização do ensino técnico

4. Conceito de Evasão Escolar

- Definição de evasão escolar no contexto da educação a distância
- Impactos da evasão no sistema educacional e na sociedade

5. Dados Pré-Pandemia

- Estatísticas de evasão no ensino técnico a distância do IFTO antes da pandemia
- Fatores que contribuíam para a evasão pré-pandemia

6. Teaser para o Próximo Capítulo

- Introdução ao impacto da pandemia na educação a distância

Episódio 2: Impacto da Pandemia no Ensino Técnico a Distância

Título: "Desafios e Transformações Durante a Pandemia"

1. Abertura

- Recapitulação rápida do Episódio 1
- Introdução ao tema do impacto da pandemia

2. A Pandemia e a Educação

- Contextualização da pandemia e suas implicações globais
- Transição para o ensino remoto emergencial

3. Desafios Enfrentados pelo IFTO

- Mudanças na metodologia de ensino
- Dificuldades tecnológicas e de infraestrutura
- Impacto no corpo docente e nos alunos

4. Depoimentos e Entrevistas

- Entrevistas com alunos e professores do IFTO sobre suas experiências durante a pandemia
- Histórias de superação e desafios enfrentados

5. Estatísticas Durante a Pandemia

- Dados sobre evasão no IFTO durante a pandemia
- Comparação com os números pré-pandemia

6. Teaser para o Próximo Capítulo

- Introdução à análise das disparidades na evasão e estratégias de mitigação

Episódio3: Análise das Disparidades e Estratégias para o Futuro

Título: "Disparidades na Evasão e Caminhos para a Retenção de Alunos"

1. Abertura

- Recapitulação rápida dos Capítulos 1 e 2
- Introdução ao tema das disparidades e estratégias futuras

2. Análise das Disparidades na Evasão

- Comparação detalhada dos dados de evasão antes e durante a pandemia
- Identificação de possíveis disparidades por faixa etária, gênero, localização, etc.

3. Causas das Disparidades

- Discussão sobre os fatores que contribuíram para as disparidades na evasão
- Impacto socioeconômico, acesso à tecnologia, apoio familiar e psicológico

4. Entrevistas com Especialistas

- Opiniões de especialistas em educação a distância sobre as disparidades observadas
- Recomendações para abordar e mitigar essas disparidades

5. Estratégias para a Retenção de Alunos

- Iniciativas e programas implementados pelo IFTO para reduzir a evasão
- Exemplos de boas práticas e políticas de retenção de alunos

6. Conclusão

- Resumo dos principais pontos abordados nos três capítulos
- Reflexão sobre a importância de políticas educacionais inclusivas e adaptativas
- Convite para os ouvintes compartilharem suas opiniões e experiências

7. Encerramento

- Agradecimentos aos ouvintes, entrevistados e participantes
- Informações sobre como entrar em contato ou seguir nas redes sociais
- Teaser sobre futuros episódios ou temas relacionados